



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA APLICADA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO - MESP

PEDRO BEZERRA PEIXOTO

BALANÇA COMERCIAL DO CEARÁ NO PERÍODO DE 2006 A 2011: UMA ANÁLISE
DO FLUXO INTERESTADUAL.

FORTALEZA

2013

PEDRO BEZERRA PEIXOTO

BALANÇA COMERCIAL DO CEARÁ NO PERÍODO DE 2006 A 2011: UMA ANÁLISE
DO FLUXO INTERESTADUAL.

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Economia – Mestrado Profissional – da Universidade Federal do Ceará - UFC, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia.

Área de Concentração: Economia do Setor Público

Orientador: Prof. Dr. Fabrício Carneiro Linhares

FORTALEZA

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Pós Graduação em Economia - CAEN

-
- P431b Peixoto, Pedro Bezerra
Balança comercial do Ceará no período de 2006 a 2011: uma análise do fluxo interestadual /
Pedro Bezerra Peixoto. – 2013.
64f. il. color., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado profissional) – Programa de Pós Graduação em Economia, CAEN,
Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.
Orientação: Prof. Dr. Fabrício Carneiro Linhares
1. Comércio Interestadual I. Título.

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes”.

Marthin Luther King

PEDRO BEZERRA PEIXOTO

BALANÇA COMERCIAL DO CEARÁ NO PERÍODO DE 2006 A 2011: UMA ANÁLISE
DO FLUXO INTERESTADUAL.

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Economia – Mestrado Profissional – da Universidade Federal do Ceará - UFC, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia.

Área de Concentração: Economia do Setor Público

Orientador: Prof. Dr. Fabrício Carneiro Linhares

Aprovada em: 22 de fevereiro de 2013

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Fabrício Carneiro Linhares
Orientador

Prof. Dr. Andrei Gomes Simonassi
Membro

Prof. Dr. Ricardo Brito Soares
Membro

AGRADECIMENTOS

Ao Deus Pai pela vida.

À esposa Maria Albanisa Lima Peixoto e aos filhos Isadora Lima Peixoto e André Lima Peixoto, pelo amor, carinho, cumplicidade, compreensão e incentivo para realização deste estudo.

Aos pais Francisco Guimarães Peixoto (*in memorian*) e Beatriz Bezerra Peixoto, por terem sido meus primeiros educadores, e exemplos de conduta ética e moral.

Aos colegas auditores da SEFAZ-CE, Lourdes Maria Porto Morais, Luiz Fernando Pinheiro, Francisco Reginaldo Pinto Pinheiro, Carlos Alberto Alves de Almeida, Fernando Ramalho Torres e Aristóbulo de Souza Fontenele, que me incentivaram, fazendo com que seus conhecimentos se agregassem aos meus num objetivo único.

Ao Prof. Dr. Fabrício Carneiro Linhares, pela disposição em me orientar na realização deste estudo e pela sua contribuição na minha formação intelectual.

Aos demais professores do curso de Mestrado Profissional em Economia do Setor Público da Universidade Federal do Ceará – UFC, pelos conhecimentos transmitidos ao longo do curso.

RESUMO

Com a globalização ocorreram, na última década do século XX, diversas mudanças no cenário mundial. Diante dessas mudanças o comércio exterior passou por alterações, havendo a necessidade dos países reformularem suas estratégias, diversificarem mercados e realizarem acordos de comércio internacional. Nestas perspectivas, este trabalho mostra o desempenho do comércio do Ceará no período de 2006 a 2011, sob a perspectiva dos fluxos externo e interno, com ênfase neste segundo, utilizando os dados da Secretaria da Fazenda do Ceará. Constatou-se que as transações do comércio exterior do Ceará são deficitárias ao longo do período analisado, assim como o comércio interestadual, escopo maior deste trabalho. No trabalho destaca-se a movimentação das operações em torno das principais atividades comercializadas, além dos maiores estados compradores e vendedores para o Ceará.

Palavras-chave: Balança Comercial, Comércio Interestadual, Grau de Abertura, CNAE, CFOP.

ABSTRACT

With globalization have occurred in the last decade of the 20th century, several changes on the world stage. Given these changes in the foreign trade went through changes and the necessity of reformulating their strategies, countries diversify markets and implement international trade agreements. Under these perspectives, this work shows the trade performance of Ceará from 2006 to 2011, from the perspective of external and internal flow, with emphasis in the second, using data from the Secretariat of Finance of Ceará State. It was noted that transactions of foreign trade deficit of over the period reviewed, as well as Interstate Commerce, greater scope of this work. At work is the moving of operations around the main activities, in addition to the States largest buyers and sellers for Ceará.

Keywords: Balance of Trade, Interstate Commerce, Degree of Openness, CNAE, CFOP.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Valores contábeis de entrada e saída no período de 2006 a 2011.....	27
Tabela 2: Balança Comercial por Fluxo de Comércio	28
Tabela 3: Valor contábil das entradas e saídas interestaduais e saldo informado pelos contribuintes do ICMS do CE no período de 2006 a 2011.....	29
Tabela 4: Saldo do fluxo interestadual dos contribuintes do ICMS do CE: 2006 - 2011.....	32
Tabela 5: Valor contábil acumulado das entradas interestaduais no CE: 2006 - 2011.....	33
Tabela 6: Valor contábil anual das entradas interestaduais no CE: 2006 - 2011.....	34
Tabela 7: Valor contábil acumulado das saídas interestaduais do CE: 2006 - 2011.....	35
Tabela 8: Valor contábil anual das saídas interestaduais do CE: 2006 - 2011.....	36
Tabela 9: Valor contábil das entradas e saídas interestaduais e saldo dos contribuintes do ICMS do CE: 2006 – 2011, segundo a Classificação Nacional de Atividade Econômica.....	37
Tabela 10: Demonstrativo contábil* das Entradas e Saídas interestaduais quanto às atividades varejista e atacadista do Ceará, no período de 2006 a 2011.....	39
Tabela 11: Evolução do valor contábil* das entradas interestaduais de bens para industrialização e comercialização no Ceará, no período de 2006 a 2011.....	40
Tabela 12: Entradas e saídas do Piauí por seção de CNAE no período de 2006 a 2011.....	41
Tabela 13: As dez principais atividades econômicas com origem do PI - Entradas.....	42
Tabela 14: As dez principais atividades econômicas com destino para o PI – Saídas.....	43
Tabela 15: Entradas e saídas de São Paulo por seção de CNAE no período de 2006 a 2011.....	44
Tabela 16: As dez principais atividades econômicas com origem de SP - Entradas.....	46
Tabela 17: As dez principais atividades econômicas com destino para SP - Saídas.....	46

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Participação (%) das Exportações (X) e Importações (M) no PIB do Ceará: 2002 a 2011 – Comércio Internacional	23
Gráfico 2: Participação (%) das Saídas (Xe) no PIB do Ceará: 2002 a 2011 – Comércio Interestadual.....	24
Gráfico 3: Grau de Abertura – Brasil X Ceará(1) X Ceará(2).....	25
Gráfico 4: Grau de Abertura Internacional – Brasil X Nordeste X Ceará.....	26
Gráfico 5: Saldo do Comércio Interestadual do Ceará – 2006 a 2011	31

LISTA DE ANEXOS

Anexo I – CNAE agregada por seção.....	50
Anexo II – Demonstrativo do CFOP com destaque das compras para industrialização e comercialização	51
Anexo III – Demonstrativo contábil das entradas e saídas interestaduais, agregado por ano e seção de CNAE.....	52
Anexo IV – Grau de Abertura Econômica internacional: Brasil, Regiões e Ceará.....	54
Anexo V – Gráficos da evolução do grau de abertura do Brasil, das regiões N, CO, SE e S e do Ceará ao longo do período de 2002 a 2011	55
Anexo VI – a) Entradas e saídas do Rio Grande do Norte por seção de CNAE no período de 2006 a 2011; b) As dez principais atividades econômicas com origem do RN – Entradas e c) As dez principais atividades econômicas com destino para o RN – Saídas	57
Anexo VII - a) Entradas e saídas do Pará por seção de CNAE no período de 2006 a 2011; b) As dez principais atividades econômicas com origem do PA – Entradas e c) As dez principais atividades econômicas com destino para o PA – Saídas	59
Anexo VIII - a) Entradas e saídas de Pernambuco por seção de CNAE no período de 2006 a 2011; b) As dez principais atividades econômicas com origem de PE – Entradas e c) As dez principais atividades econômicas com destino para PE – Saídas.....	61
Anexo IX - a) Entradas e saídas do Rio Grande do Sul por seção de CNAE no período de 2006 a 2011; b) As dez principais atividades econômicas com origem do RS – Entradas e c) As dez principais atividades econômicas com destino para o RS – Saídas.....	63

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. REVISÃO DA LITERATURA	17
3. METODOLOGIA.....	20
4. O GRAU DE ABERTURA ECONÔMICA SOB A ÓTICA DO VOLUME DE COMÉRCIO	22
5. A BALANÇA COMERCIAL DO CEARÁ DE 2006 A 2011	27
5.1. POR FLUXO DE COMÉRCIO	27
5.2. POR ORIGEM E DESTINO (FLUXO INTERESTADUAL)	28
5.3. POR ATIVIDADE ECONÔMICA.....	37
5.4. POR UF (ORIGEM E DESTINO) X ATIVIDADE ECONÔMICA.....	40
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS	49

1. INTRODUÇÃO

Pode-se observar com bastante frequência na literatura especializada análises que tomam como referência a participação de estados, regiões e países no comércio internacional para tecer considerações sobre suas estruturas produtivas. Este trabalho evidencia que essas análises são insuficientes, na medida em que considera apenas um dos fluxos de comércio, o internacional. Ao considerarem-se os demais fluxos, o intraestadual e o interestadual, é possível realizar avaliações mais aprofundadas sobre a estrutura produtiva, dado que não necessariamente se verifica o mesmo padrão de comércio. Particularmente, quando se trata de regiões/países com áreas e populações significativas, como no caso do Brasil, somadas a estruturas produtivas diversificadas, o padrão de comércio interno (intra e interestadual) pode diferir do padrão de comércio externo (internacional).

Uma economia forte necessita ter uma corrente de comércio equilibrada, com exportações e importações com valores próximos, o que possibilita uma intensificação do comércio exterior, atualização tecnológica, intercâmbio de *know-how*, maior barganha nas negociações internacionais, diminuição do frete, aumento na competitividade e concorrência das empresas locais, além da geração de emprego e renda que são fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Ceará.

A importação possibilita a uma empresa ou ao governo mais opções de escolha o que influi na qualidade de vida para a sociedade e a oferta de preços mais competitivos na economia. Além disso, a importação de máquinas possibilita o aumento da competitividade e atualização tecnológica, aumento da produtividade e maior dinâmica na inovação de produtos que influenciarão no desenvolvimento econômico-social de uma região.

As empresas que realizam importação conseguem trocar conhecimento e tecnologia, aprimorar processos, maior poder de barganha na negociação de preços, realizar um *networking* empresarial, com possibilidades futuras também de exportação. A importação contribui para o aumento da competitividade de uma indústria ou de um setor.

Por outro lado exportar também traz vários benefícios para a economia. A exportação é o movimento de saída de bens e/ou serviços do território aduaneiro, essa internacionalização representa para a empresa a possibilidade de diversificar mercados consumidores reduzindo riscos eventuais em investir em um único mercado, assim como a

possibilidade de consolidação da marca, melhoria da qualidade do produto, aumento da produtividade, redução na carga tributária, geração de emprego, etc. Além de beneficiar as empresas, a exportação colabora com a entrada de divisas no país, o que produz maior capacidade de investimento pelo Estado, e propicia um saldo positivo na balança comercial.

No caso do estado do Ceará, historicamente as exportações baseavam-se em uma pauta praticamente restrita a produtos primários, como no caso do algodão, da cera e da castanha de caju. Com o início do processo de industrialização do Estado, que começou a consolidar-se a partir da década de 1990, houve uma diversificação da pauta incluindo produtos industrializados, de maior valor agregado. Contribuiu para isto a política de atração de investimentos industriais em 1979, mas, só em 1989 foi regulamentada a concessão de incentivos fiscais, com a criação do Fundo de Desenvolvimento Industrial – FDI. Até então o Ceará não ofertava nenhum benefício fiscal para empresas que se instalassem em seu território. Quanto aos objetivos dessa política destaque-se que sua intenção sempre foi a promoção do desenvolvimento, via industrialização do Estado, entretanto, a partir da reformulação ocorrida em 1989, foram priorizadas empresas industriais que contribuíssem para a “absorção intensiva de mão-de-obra”, com ênfase para os setores calçadista e de produção de couros. A preocupação com a geração de emprego foi reforçada na reformulação de 2003, dado que empresas que previssem maior geração de empregos receberiam maiores reduções no total de imposto a recolher.

Alguns ensaios realizados para averiguar o êxito dos programas de atração de indústrias para o Ceará, no que tange a geração de empregos, mostram que o resultado não foi satisfatório.

Por meio de exercícios empíricos realizados nessa pesquisa observou-se que a política industrial de atração de empresas por meio de concessões fiscais e apoio à infra-estrutura praticada pelo Governo não foi eficaz em sua meta de gerar empregos. O Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará, principal mecanismo dessa política, não apresentou impacto significativo sobre o estoque total de empregos e nem sobre a variação do referido estoque durante o período de 2002 a 2005. (Barreto, Flávio Ataliba F. D. - Efeitos da Política de atração de Incentivos Industriais no Ceará sobre o Emprego no período 2002-2005).

Observa-se que para a RMF em 1996 a grande indústria empregava 43.351 (45,00%) trabalhadores e em 2006 esse número aumentou para 51.564; todavia, em termos percentuais reduziu-se para 36,87%; ainda assim é a grande indústria a que mais

gera oportunidades de emprego na RMF. A média indústria também seguiu a tendência da grande ao apresentar, em termos percentuais, diminuição na sua participação ao passar de 25,06% em 1996 para 21,67% em 2006. (Silva, Luís A. F°; Queiroz, Silvana N. – Revista de Desenvolvimento do Ceará - Ipece, N° 01, Outubro, 2010).

Entretanto há quem defenda que mesmo tratando de empregos que exigem pouca qualificação e conseqüentemente não sejam bem remunerados, ainda assim tem seu lado positivo pela inclusão, formalização, etc.

Com o objetivo de analisar o conjunto dos fluxos de comércio interno e externo, utiliza-se, neste trabalho, uma base de dados ampliada, que contém os fluxos de comércio intraestadual, interestadual e internacional do estado do Ceará para o período de 2006 a 2011. Esta base de dados foi construída a partir de janeiro de 2006, através da instituição da Declaração de Informações Econômico-Fiscais – DIEF, albergada pelo Decreto N° 27.710, de 14 de fevereiro de 2005 e um esquema de processamento acordado pelos estados que permitiram uma maior visualização dos fluxos de comércio interestaduais, conforme disposto no art. 82 do Convênio S/N de 15/12/1970 que instituiu a Guia de Informação das Operações e Prestações Interestaduais - GI. Uma vez que passou a haver uniformidade das informações e que os contribuintes estão obrigados a fornecer informações acerca das transações interestaduais por eles efetuadas num determinado ano, esta passou a ser uma fonte de dados utilizada para construir os fluxos de comércio interestadual. Contudo não vem sendo cumprido.

O presente trabalho utiliza esta base de dados para o estado do Ceará, com a diferença de que a mesma contém ainda os fluxos de comércio intraestadual e internacional. A partir desta base de dados ampliada, analisa-se, para o período de 2006 a 2011, os fluxos de comércio intraestadual, interestadual e internacional do estado do Ceará. São analisados os valores contábeis de saída (faturamento/vendas) e os valores contábeis de entrada (compras) por origem e destino das unidades da federação segundo o Código Fiscal de Operações e Prestações - CFOP, agregando-se por regiões, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE e, ainda, pela intensidade dos fatores de produção.

Salientamos que os dados podem sofrer pequenas variações uma vez que é permitido, aos contribuintes, a qualquer tempo, a emissão de uma DIEF retificando informações prestadas anteriormente.

Na Seção 2, efetuaremos uma revisão na literatura sobre o tema e, mostraremos uma análise comparativa entre as teorias clássicas de comércio internacional e seus desenvolvimentos posteriores, os modelos baseados no desenvolvimento do mercado interno e na concorrência monopolística.

Na Seção 3, apresentamos os aspectos metodológicos que embasaram este trabalho com destaque para os conceitos e aplicabilidade do CFOP, que nos permite identificar a origem e o destino de todas as operações comerciais e prestações de serviços tribuadas pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte - ICMS, e da CNAE. Mostramos, também, a origem dos dados utilizados, como é feita a coleta, etc. Por fim, apresentamos a metodologia científica utilizada na elaboração, validação e apresentação dos resultados.

Na Seção 4, situamos a economia cearense quanto ao grau de abertura comercial, comparando-o com a união, nos fluxos interno e externo, e com as regiões no fluxo externo.

Na Seção 5, apresentamos os resultados, enfatizando o que é mais significativo e analisando quanto aos impactos e possíveis explicações (ex ante ou ex post).

E por último, na Seção 6, apresentamos as considerações finais.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Até metade do século XVIII, o entendimento sobre comércio exterior se limitava aos escritos da escola mercantilista, que justificavam o comércio internacional pela possibilidade que este oferecia de se obter um excedente na balança comercial.

Smith (1776) desenvolveu a teoria das vantagens absolutas como a base do comércio internacional. A vantagem absoluta de um país na produção de um bem resulta de uma maior produtividade, ou seja, da utilização de uma menor quantidade de insumo¹ para produzir esse bem enfrentando menores custos.

Segundo a teoria ricardiana, as vantagens comparativas, também denominadas vantagens relativas, são oriundas das diferenças de produtividade do fator trabalho para distintos bens. Ele as atribui à distinção no clima e no ambiente de cada nação. Os países deveriam se especializar em bens nos quais tivessem vantagem comparativa, aumentando sua produção doméstica. Assim, a produção que não fosse vendida no mercado doméstico de um país deveria ser exportada. Os outros bens seriam adquiridos no mercado internacional a um preço menor que o de produzi-los internamente. Dessa forma, o comércio seria benéfico para todos.

Assim, o modelo de Ricardo prevê uma direção para o comércio exterior: os países exportarão os bens nos quais têm maior produtividade relativa do trabalho (têm vantagem comparativa na sua produção) e importarão os bens nos quais apresentem menor produtividade relativa do trabalho (não têm vantagem comparativa na sua produção).

A Inglaterra exportava tecidos em troca de vinho porque, dessa forma, sua indústria se tornava mais produtiva; teria mais tecidos e vinhos do que se os produzisse para si mesma; Portugal importava tecido e exportava vinho porque a indústria portuguesa poderia ser mais benéficamente utilizada para ambos os países na produção de vinho. (RICARDO, 1982:107).

Segundo Krugman e Obstfeld (2001), os principais motivos dos erros das previsões implícitas no modelo de Ricardo são:

¹ Para analisar as trocas entre países, Smith supôs um único fator de produção escasso, o trabalho, e rendimentos de escala constantes. Além dessas duas hipóteses, ele também supôs, com o intuito de admitir a existência de concorrência perfeita, que os países fossem relativamente pequenos e, portanto, os preços fossem dados.

- a suposição de um grau extremo de especialização, que não se observa no mundo real;
- os efeitos indiretos do comércio internacional sobre a distribuição de renda dentro dos países e, portanto, a presunção de que os países como um todo sempre ganharão por meio do comércio;
- o fato de o autor ignorar o papel das economias de escala como uma causa do comércio, o que torna impossível explicar os grandes fluxos comerciais entre nações aparentemente similares.

Entretanto, apesar das restrições apontadas, diversos estudos empíricos têm confirmado o prognóstico básico do modelo de Ricardo, isto é, que os países tenderiam a exportar bens cuja produtividade é relativamente alta e importar aqueles cuja produtividade é relativamente baixa.

Ricardo (1817) atribuiu a existência de vantagens comparativas a diferentes produtividades do trabalho entre os países. Já o modelo de Heckscher-Ohlin, conforme Krugman & Obstfeld (2001), diz que as vantagens comparativas são oriundas dos diferentes níveis de estoques relativos dos distintos fatores de produção, influenciando os custos de produção desses bens. As nações têm tecnologia equivalente, mas diferem na disponibilidade dos fatores de produção, como terra, recursos naturais, mão-de-obra e capital. Por exemplo, o país no qual o fator trabalho for relativamente abundante poderá produzir um bem intensivo em trabalho a um custo relativamente baixo; assim, terá uma vantagem comparativa em sua produção. Então, diminuindo a produção do bem intensivo em capital, esse país irá conseguir um grande incremento marginal da produção do bem intensivo em trabalho.

Poucas questões na história do pensamento econômico têm sido tão debatidas, e nenhuma mais importante na literatura do comércio e desenvolvimento, quanto àquela que trata da liberalização do comércio (RODRIGUEZ E RODRIK, 2001, p. 1).

Para RODRIGUEZ E RODRIK (2001, p. 3), a questão de se países com baixas barreiras comerciais crescem mais rápido, uma vez controlada outras variáveis, difere, conceitualmente, de outra, que pergunta se o volume de comércio internacional afeta as taxas de crescimento. Para YANIKKAYA (2003, p. 59), embora os conceitos sejam muito próximos, os seus efeitos sobre o crescimento pode divergir consideravelmente, uma vez que existem outros fatores importantes que afetam o comércio externo de um país, além das barreiras comerciais, como os fatores geográficos, o tamanho do país e o próprio nível da renda, o que geraria o efeito da endogeneidade (ver, por exemplo, FRANKEL E ROMER,

1999; KARSI, 2001).

Por fim, mas sem a pretensão de esgotar o assunto, de acordo com Krugman e Obstfeld (2001), a teoria de Heckscher e Ohlin difere do modelo ricardiano por distinguir o comércio internacional do comércio inter-regional e na identificação dos fatores que determinam a existência de vantagens comparativas. Complementarmente, Young (1951) afirma que a teoria de comércio internacional deve ser desenvolvida essencialmente do mesmo modo que a teoria de comércio entre regiões. Isso está em contraste com a perspectiva clássica, que enfatizou as diferenças entre o comércio dentro das nações e o comércio entre nações (internacional).

3. METODOLOGIA

Na apresentação dos dados, utilizamos as informações de entradas (em sua maioria aquisições) e de saída (sendo a maior parte de vendas) transmitidas à SEFAZ pelas empresas, considerando as unidades federadas de origem e destino, bem como o CFOP e a CNAE.

Os CFOP são códigos numéricos que identificam as respectivas naturezas das operações de circulação de mercadorias e das prestações de serviços de transportes intermunicipal e interestadual e de comunicação (este último incidente quando o serviço for prestado de forma onerosa).

As chamadas naturezas das operações ou prestações representam os motivos reais pelos quais se deram as saídas ou entradas de mercadorias ou produtos, bem como as correspondentes prestações de serviços. Estas operações foram realizadas, por cada um dos estabelecimentos dos contribuintes do ICMS do Estado do Ceará e de acordo com a origem e destino dos bens móveis alcançados por esse tributo estadual (operações ou prestações internas, interestaduais ou de comércio exterior, abrangendo importações e exportações).

O CFOP, é em sua maioria composto por quatro dígitos, onde o primeiro, no caso o prefixo, determina a natureza da operação, ou seja, se é entrada ou saída de mercadorias, objeto de análise deste trabalho, da forma que segue:

- 1 - Entrada de Mercadoria ou Aquisição de Serviços de dentro do Estado.
- 2 - Entrada de Mercadoria ou Aquisição de Serviços de fora do Estado.
- 3 - Entrada de Mercadoria ou Aquisição de Serviços do Exterior.
- 5 - Saída de Mercadoria ou Prestação de Serviços para dentro do Estado.
- 6 - Saída de Mercadoria ou Prestação de Serviços para fora do Estado.
- 7 - Saída de Mercadoria ou Prestação de Serviços para o Exterior.

Desagregando cada um dos itens acima é possível identificar a operação como: compra, aquisição; transferência; entrada; venda; saída; devolução; etc.

A CNAE, versão 2.0, tem como objetivo a padronização do código de identificação econômica das unidades produtivas do País nos cadastros e registros da administração pública nas três esferas de governo, em especial na área tributária, contribuindo

para a melhoria da qualidade dos sistemas de informação que dão suporte às decisões e ações do Estado, inclusive pela possibilidade de maior articulação intersistemas.

Até o ano de 2006, as informações econômico-fiscais dos contribuintes do ICMS eram registradas de forma segmentada por tipo de contribuinte, por exemplo: GIM – Guia Informativa Mensal do ICMS (contribuinte normal); GIAME – Guia Informativa Anual da Microempresa; GIMEPP – Guia Informativa Mensal da Empresa de Pequeno Porte; Gidec – Guia de Documentos Fiscais Emitidos e/ou Cancelados; GIA – Guia de Informação e Apuração das Operações Interestaduais e GIEF – Guia de Anual de Informações Econômico-Fiscais. Ressaltamos que além da dificuldade e do risco de inconsistência no cruzamento das informações, uma vez que as mesmas se encontravam em bases distintas, a GIAME e a GIEF eram informadas anualmente, fato que dificultava ainda mais.

A base de dados utilizada neste trabalho foi originada através do sistema informatizado DIEF, onde os contribuintes inscritos no CGF – Cadastro Geral da Fazenda informam, mensalmente, toda movimentação de entrada e saída de mercadoria realizada. Para otimizar o esforço e permitir a obtenção de resultados com alto nível de agregação procurou-se trabalhar em camadas com maior granularidade, sempre que necessário, buscando uma melhor compreensão de situações que requeiram maior análise.

Formamos uma base composta dos campos:

- Ano: exercício fiscal em que ocorreu a operação;
- CFOP: identificador da operação (Entrada/Saída X Interna/Interestadual/Externa);
- CNAE: identificador da atividade econômica;
- Valor Contábil: valor corrente total das operações em reais;
- UF: identificador da origem e do destino das operações. No caso das operações internas e externas se registra CE e EX respectivamente, tipificando operações no estado do Ceará (CE) e exterior (EX).

Para a realização da análise do Grau de Abertura Econômica utilizou-se dados do Instituto de Pesquisa e estratégia Econômica do Ceará - IPECE (PIB), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (Importação e Exportação) e Banco Central do Brasil - BACEN (Taxa de Câmbio) referentes ao período de 2002 a 2011, no que tange o fluxo de comércio internacional. Por indisponibilidade de dados das balanças comerciais interestaduais das demais unidades federadas só foi possível estabelecer comparação entre o Ceará (fluxo internacional e fluxo interestadual), a União e as cinco regiões (fluxo internacional).

4. O GRAU DE ABERTURA ECONÔMICA SOB A ÓTICA DO VOLUME DE COMÉRCIO

Existem duas abordagens concernentes ao significado de grau de abertura econômica (doravante, GAE) e é importante distingui-las (YANIKKAYA, 2003). A primeira, adotada neste trabalho, calcula o GAE através do volume de comércio, ou seja, a razão entre exportações e PIB, importações e PIB e corrente de comércio e PIB, também denominado de intensidade do comércio (SQUALLI E WILSON, 2006; KARSKI, 2001). A segunda calcula o GAE através de proxies que procuram capturar as diversas políticas ou barreiras comerciais dos países (BALDWIN, 2003; FRANKEL E ROMER, 1999; RODRIGUEZ E RODRIK, 2000).

O GAE, conforme proposto pela abordagem do volume de comércio, é obtido pela expressão:

$$GA_i = \frac{X_i + M_i}{Y_i} \quad (1)$$

onde:

GA_i = grau de abertura no período i ;

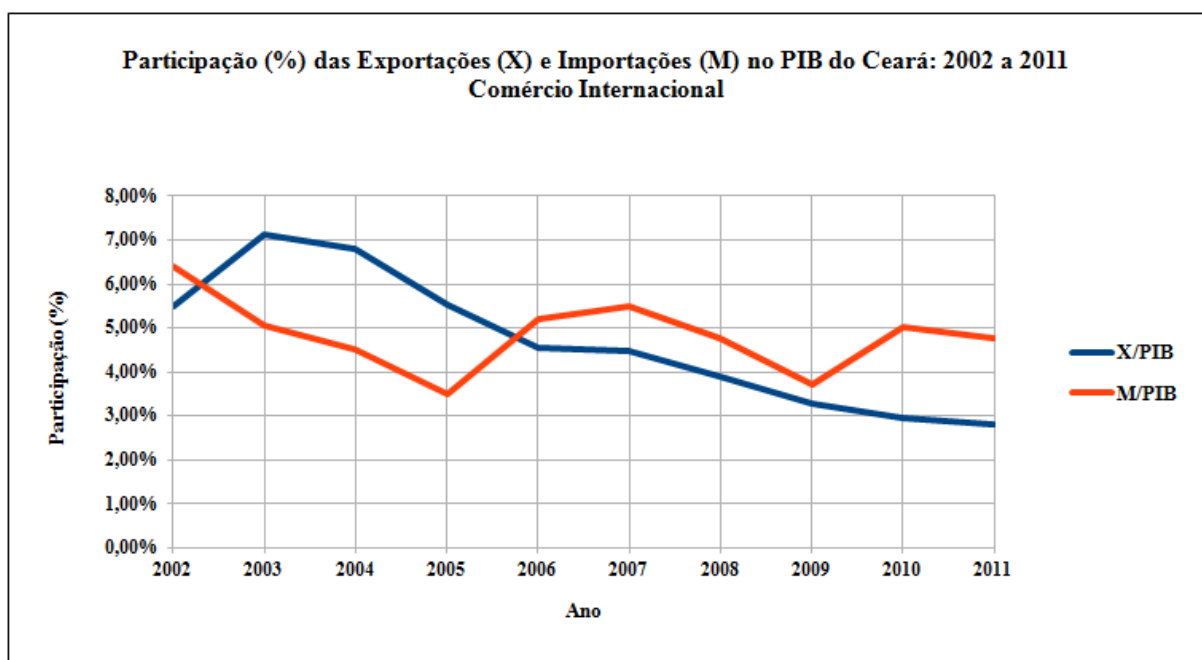
X_i = exportação no período i ;

M_i = importação no período i ;

Y_i = PIB no período i .

Analisaremos inicialmente o comportamento das exportações e importações do Ceará, tanto no fluxo de comércio internacional como no fluxo de comércio interestadual. O Gráfico 1 apresenta a evolução temporal das participações relativas das exportações e importações no PIB do estado do Ceará, quanto ao fluxo de comércio internacional, no período de 2002 a 2011 (dados anuais).

Gráfico 1



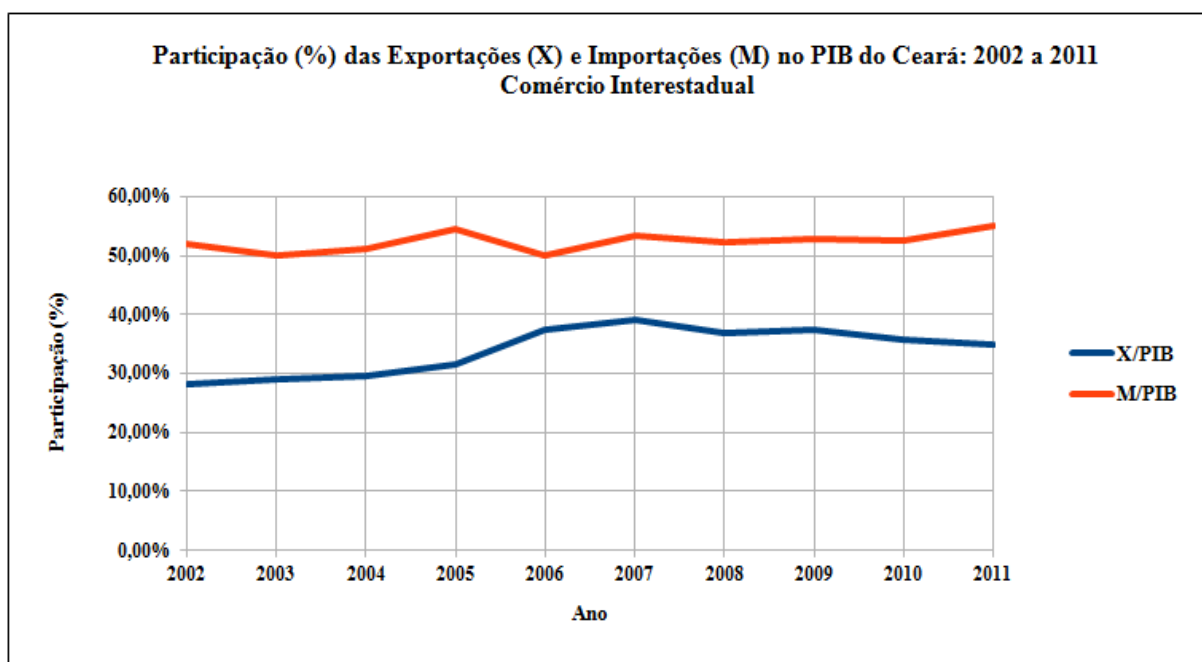
Fonte: IPECE (PIB) e IPEA (X e M)

Cálculos efetuados pelo autor

Com a mudança no regime cambial em 1999, onde o valor da moeda deixou de ser determinado pelo Banco Central (câmbio fixo) e passou a ser determinado pelo próprio mercado (câmbio flutuante), era de se esperar que, a médio e longo prazo, houvesse uma expansão nas relações de trocas com o exterior, no entanto, e de acordo com o gráfico acima, pode-se notar que, as exportações tiveram um crescimento no início do período analisado, vindo a cair a partir do terceiro exercício (2004), seguindo com essa tendência até o final do período (2011). As importações, que inicialmente estavam registrando resultados inferiores aos das exportações, reagiram e a partir de 2006 apresentaram uma participação relativa superior às exportações, desde então, apesar da irregularidade, não houve interrupções nesse padrão. Em termos gerais, esses resultados demonstram a maior importância das importações vis-à-vis às exportações no comércio internacional do estado do Ceará.

O Gráfico 2 apresenta, para igual período e intervalos análogos, a evolução temporal das participações relativas das saídas (Xe) e entradas (Me) no PIB do estado do Ceará, quanto ao fluxo de comércio interestadual.

Gráfico 2



Fonte: IPECE (PIB) e IPEA (X e M)

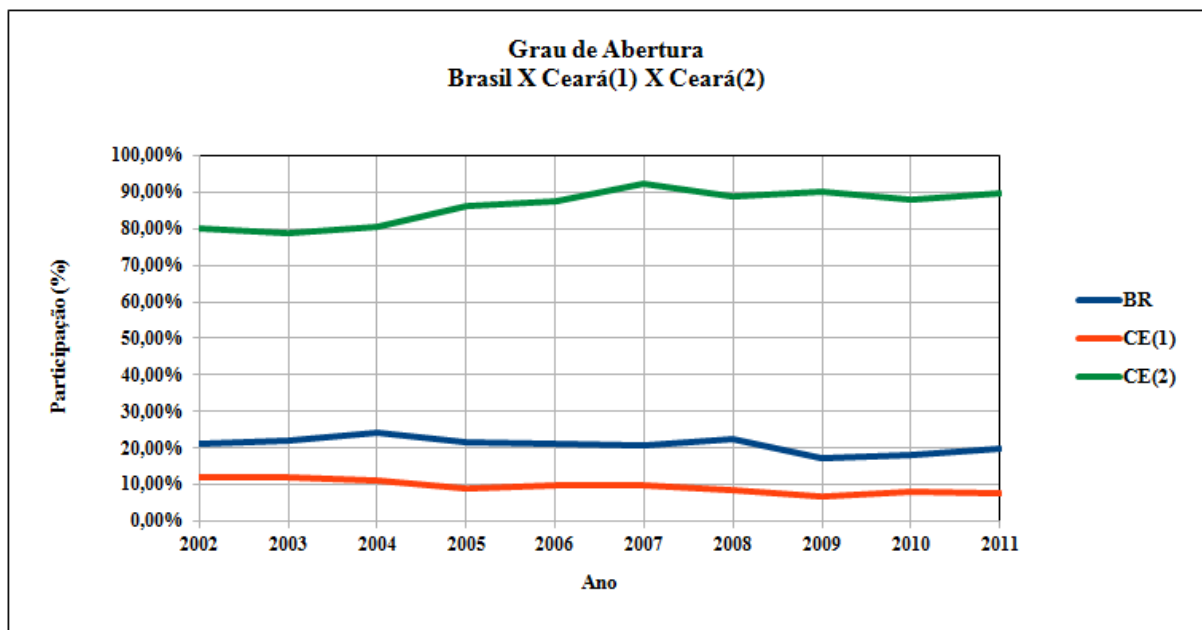
Cálculos efetuados pelo autor

O Gráfico 2 nos mostra a importância que o fluxo de comércio interestadual tem para a economia do estado, onde passamos de 7% e 6%, maiores valores observados para o fluxo de comércio internacional (saídas e entradas respectivamente) e mesmo assim com a série sem um padrão definido e, no caso das saídas, se mostrando decrescente, valores oscilando entre 30% e 40% no caso das saídas e entre 50% e 60% para as entradas, respectivamente, ao longo do período analisado. Mas, assim como no fluxo de comércio internacional, o estado do Ceará se caracteriza mais como um polo comprador do que fornecedor de mercadorias e serviços.

Conforme citado anteriormente não dispomos de dados referentes às balanças comerciais, para o fluxo de comércio interestadual, das demais unidades federadas, mesmo assim fizemos uma comparação entre o GAE do Brasil, das cinco Regiões e do Ceará onde, para este, apresentamos os GAEs referentes aos fluxos de comércio internacional e interestadual.

O Gráfico 3 nos permite uma comparação entre o grau de abertura do Brasil com o do Ceará, este com relação aos fluxos internacional (Ceará(1)) e interestadual (Ceará(2)).

Gráfico 3

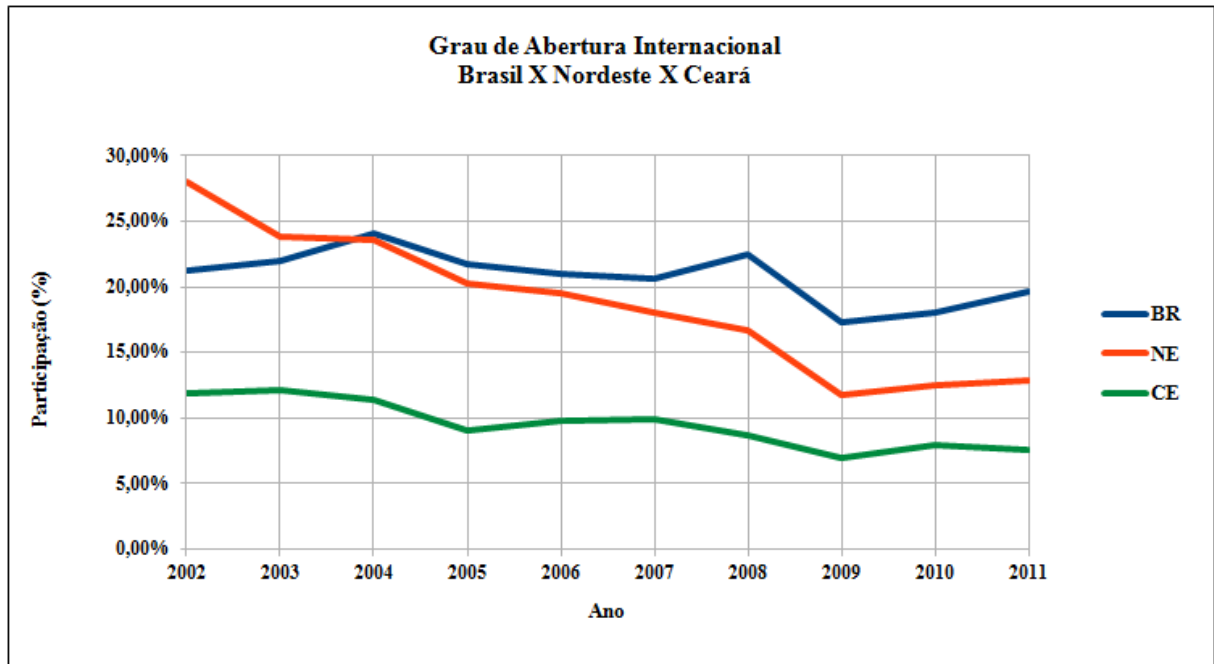


Fonte: IPECE (PIB) e IPEA (X e M)
Cálculos efetuados pelo autor

Observamos claramente a relevância do comércio interestadual para o Ceará. O GAE do Ceará, quanto ao fluxo internacional, segue um padrão aproximadamente uniforme em relação ao Brasil com índice em torno de 50% deste, enquanto que a comparação com relação ao comércio interestadual é da ordem de 4 vezes, no início da série, e de 4,5 ao final da mesma. Era de se esperar que, pelo menos em termos relativos, com a internacionalização do aeroporto Pinto Martins em 1998 e com a instalação do complexo portuário do Pecém em 2002, o Ceará se beneficiasse dessa infraestrutura e, bem como, da sua posição geográfica para servir de escoamento da produção interna e de outras unidades da federação para o exterior, fato que não se observou no período em análise.

O Gráfico 4 apresenta a evolução do grau de abertura do Brasil, da região Nordeste e do Ceará ao longo do período de 2002 a 2011.

Gráfico 4



Fonte: IPECE (PIB) e IPEA (X e M)

Cálculos efetuados pelo autor

O Ceará ocupa uma posição abaixo da média da Região Nordeste, no que tange ao Grau de Abertura Econômica quanto ao fluxo de comércio internacional, fato que se repete com relação às demais regiões apesar de todas, exceto a Região Centro-Oeste, apresentarem um declínio considerável no período analisado, notadamente Norte (de 57,41% para 28,54%), Sul (de 53,22% para 23,25%) e Sudeste (de 43,04% para 19,78%) respectivamente. No Anexo V, mostramos os gráficos com as demais regiões.

5. A BALANÇA COMERCIAL DO CEARÁ DE 2006 A 2011

5.1. POR FLUXO DE COMÉRCIO

Observamos que a balança comercial do Ceará, quando consideramos todas as operações comerciais com incidência ou não do ICMS² e, considerando ainda, todos os fluxos de comércio: interno, interestadual e externo, apresenta saídas maiores que as entradas, considerando o fluxo de comércio intraestadual, em todo o período analisado por este trabalho, janeiro de 2006 a dezembro de 2011. A Tabela 1 apresenta a evolução dos valores contábeis de entrada e saída, bem como sua variação anual, no período em análise.

Tabela 1
Valores contábeis* de entrada e saída no período de 2006 a 2011
Em R\$ 1,00

Ano	Valor Contábil*		Δ (S/E)
	Entradas (E)	Saídas (S)	
2006	82.834.710.311,88	105.024.940.798,61	26,79%
2007	89.836.459.369,65	113.798.061.121,06	26,67%
2008	99.303.301.696,48	123.048.349.623,53	23,91%
2009	107.375.200.314,85	136.034.089.180,02	26,69%
2010	123.670.390.517,59	150.308.108.579,53	21,54%
2011	122.544.811.336,56	150.409.809.049,92	22,74%
Total	625.564.873.547,01	778.623.358.352,66	24,47%

Fonte: Sefaz-Ce (jul/2012)

Cálculos efetuados pelo autor

(*) - Valores contábeis corrigidos pelo IGP-DI médio de 2011

Observamos um crescimento real nos valores contábeis, de entrada e saída, da ordem de 48% e 43% respectivamente, mantendo, contudo, a mesma proporcionalidade e, de acordo com a coluna Δ (S/E), fica evidenciado um leve declínio na variação positiva da balança comercial ao longo do período analisado indo de 26,79 % em 2006 a 22,74 % em 2011, com um superávit médio de 24,47%.

Analisando o comportamento das operações ou prestações, de entrada e saída de

² Algumas mercadorias são isentas ou não possuem incidência do imposto. Ex.: papel jornal

mercadorias ou serviços, nos diversos fluxos de economia: interno, interestadual e externo, Tabela 2, observamos que o responsável pelo fato das saídas superarem às entradas é o fluxo interno (intraestadual). Do total das entradas, R\$ 625,6 bi, o fluxo interno responde por R\$ 354,6, o interestadual por 231,8 e o externo por R\$ 39,2, representando 57%, 37% e 6% respectivamente e, com relação às saídas temos que do total de R\$ 778,6 bi o fluxo interno registrou um montante de R\$ 599,7, o fluxo interestadual R\$ 161,6 e o externo R\$ 17,4, explicando 77%, 21% e 2% do total respectivamente.

Tabela 2
Balança Comercial por Fluxo de Comércio

R\$ 1.000.000.000

Anos	Interno			Interestadual			Externo		
	Entrada	Saída	Δ	Entrada	Saída	Δ	Entrada	Saída	Δ
2006	46,0	78,4	70,21%	31,3	23,4	-25,23%	5,5	3,2	-40,65%
2007	50,0	85,3	70,54%	34,6	25,5	-26,38%	5,3	3,1	-41,44%
2008	56,8	94,5	66,16%	36,5	25,7	-29,54%	5,9	2,9	-51,84%
2009	61,4	105,1	71,10%	40,0	28,4	-29,04%	6,0	2,6	-57,27%
2010	71,3	118,4	66,04%	43,2	29,4	-32,04%	9,1	2,5	-72,25%
2011	69,0	118,1	71,24%	46,2	29,3	-36,66%	7,4	3,1	-58,38%
Total	354,6	599,7	69,12%	231,8	161,6	-30,28%	39,2	17,4	-55,69%

Fonte: Sefaz-Ce (jul/2012)

Cálculos efetuados pelo autor

(*) - Valores contábeis corrigidos pelo IGP-DI médio de 2011

(Δ) - Saída / Entrada

5.2. POR ORIGEM E DESTINO (FLUXO INTERESTADUAL)

Neste tópico merecerão a atenção inicialmente os dados referentes aos fluxos interestaduais, contemplando, na ordem, uma avaliação do fluxo geral das operações, seguida pela avaliação por setores e sub-setores econômicos. Nessa parte, as informações serão analisadas, no primeiro estágio, como a soma do período de 2006 a 2011. No segundo estágio serão considerados os dados relativos a cada ano da série.

Primeiramente é necessário frisar que os valores da Tabela 3 até os da Tabela 8 referem-se exclusivamente às operações de compra e venda efetuadas entre contribuintes do ICMS, não estando incluídas as compras de não contribuintes (pessoas físicas ou jurídicas não

sujeitas a inscrição no cadastro de contribuintes do imposto), uma vez que os mesmos não declaram suas aquisições, mas as vendas sim.

A Tabela 3 mostra o valor contábil total das entradas (compras) e das saídas (vendas) interestaduais promovidas pelos contribuintes cearenses para e de outras unidades da federação no período compreendido entre 2006 e 2011, dispendo os estados na ordem decrescente do saldo. Nela podemos observar com quais estados brasileiros o Ceará mantém maior relacionamento comercial, bem como o comportamento desta relação, se o saldo é superavitário (saídas maiores que entradas) ou deficitário (entradas maiores que saídas).

Tabela 3

Valor contábil* das entradas e saídas interestaduais e saldo informado pelos contribuintes do ICMS do CE no período de 2006 a 2011.

R\$ 1.000.000.000

Estado	Entrada	Saída	Saldo
Piauí	4.819.033.545	11.434.608.744	6.615.575.199
Rio Grande do Norte	8.143.171.467	14.196.432.552	6.053.261.085
Pará	4.645.270.055	7.743.815.743	3.098.545.688
Maranhão	7.762.888.417	10.160.717.553	2.397.829.135
Sergipe	991.118.213	2.281.526.623	1.290.408.410
Amapá	336.827.972	1.281.347.679	944.519.707
Distrito Federal	939.490.323	1.852.686.566	913.196.243
Rondônia	124.352.013	428.249.153	303.897.140
Roraima	64.721.570	312.177.454	247.455.884
Acre	23.161.903	156.904.853	133.742.949
Mato Grosso	2.009.624.028	2.084.034.900	74.410.872
Tocantins	1.038.386.571	908.626.621	-129.759.950
Alagoas	2.702.091.554	2.529.346.972	-172.744.582
Mato Grosso do Sul	810.545.900	592.487.188	-218.058.712
Paraíba	8.362.099.615	6.732.537.649	-1.629.561.966
Espírito Santo	3.782.172.177	2.055.432.187	-1.726.739.991
Paraná	7.881.654.095	5.180.639.130	-2.701.014.965
Goiás	5.625.579.432	2.641.963.554	-2.983.615.878
Santa Catarina	8.067.266.584	4.948.945.967	-3.118.320.617
Rio de Janeiro	11.883.214.512	8.664.216.894	-3.218.997.618
Amazonas	8.231.488.177	4.496.222.502	-3.735.265.675
Bahia	15.377.998.534	9.567.136.145	-5.810.862.389
Minas Gerais	12.716.647.294	6.186.571.324	-6.530.075.970
Rio Grande do Sul	13.376.631.043	4.082.237.480	-9.294.393.563
Pernambuco	27.144.157.927	15.642.669.893	-11.501.488.034
São Paulo	74.962.266.806	35.453.519.860	-39.508.746.945
Total	231.821.859.729	161.615.055.186	-70.206.804.543

Fonte: Sefaz-Ce (jul/2012)

Cálculos efetuados pelo autor

(*) - Valores contábeis corrigidos pelo IGP-DI médio de 2011

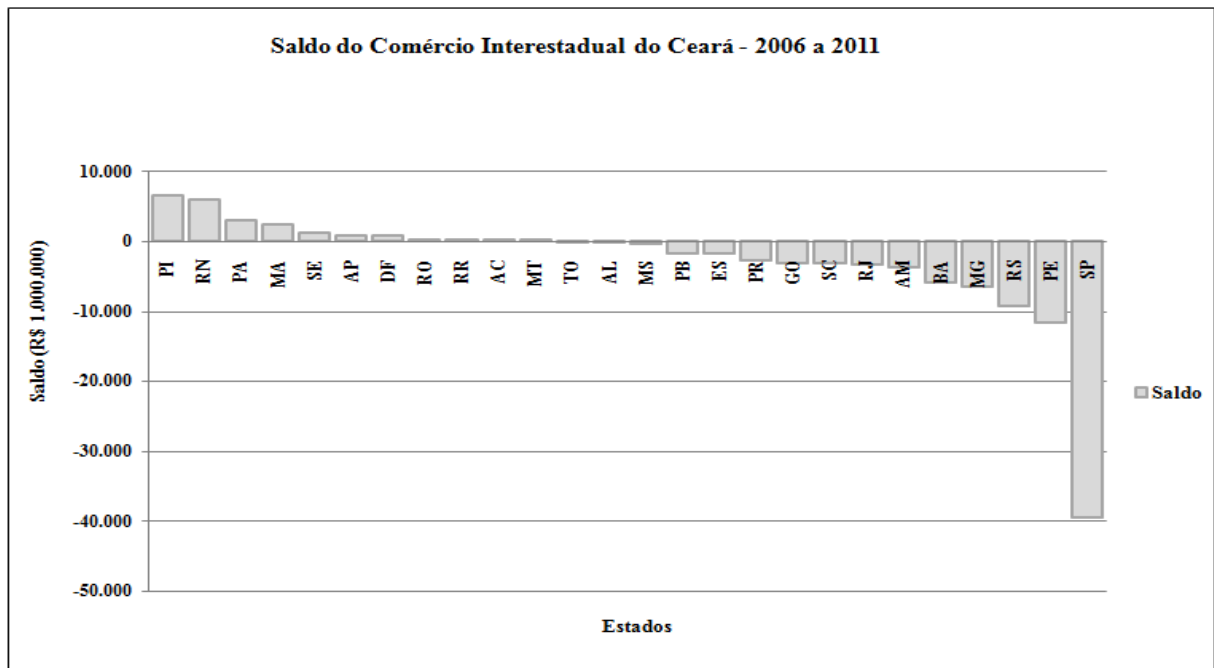
Em termos globais, as relações comerciais do Ceará mostram-se deficitárias, uma vez que as saídas totais do CE no período para outros estados (R\$ 161.615.055.186) ficaram aquém das entradas (R\$ 231.821.859.729) em R\$ 70.206.804.543.

Os 6 maiores parceiros do Ceará em termos de entradas (compras) são: São Paulo (R\$ 74,962 bilhões), Pernambuco (R\$ 27,144 bilhões), Bahia (R\$ 15,378 bilhões), Rio Grande do Sul (R\$ 13,377 bilhões), Minas Gerais (R\$ 12,717 bilhões) e Rio de Janeiro (R\$ 11,883 bilhões), e em termos de saídas (vendas) são: São Paulo (R\$ 35,453 bilhões), Pernambuco (15,643 bilhões), Rio Grande do Norte (R\$ 14,196 bilhões), Piauí (R\$ 11,435 bilhões), Maranhão (R\$ 10,161 bilhões) e Bahia (R\$ 9,567 bilhões). Portanto, há uma alternância de unidades federativas nos grupos dos seis maiores estados parceiros comerciais do Ceará, sendo comuns aos dois grupos os estados de São Paulo, Pernambuco e Bahia. São Paulo, centro econômico brasileiro, é o maior comprador e fornecedor, seguido por Pernambuco em ambos os grupos.

Ao longo do período, dos 26 estados considerados, o Ceará apenas apresenta saldo comercial favorável na relação com 11 deles, notadamente nas regiões norte e nordeste, sendo os três mais representativos o Piauí (R\$ 6,616 bilhões), Rio Grande do Norte (R\$ 6,053 bilhões) e Pará (R\$ 3,099 bilhões). Com relação aos maiores vendedores para o Ceará destacamos São Paulo (- R\$ 39,509 bilhões), Pernambuco (- R\$ 11,501 bilhões) e Rio Grande do Sul (- R\$ 9,294 bilhões).

O Gráfico 5 apresenta, individualmente, em ordem decrescente de valores, o saldo da balança comercial do Ceará com os demais estados da federação.

Gráfico 5



Fonte: IPECE (PIB) e IPEA (X e M)
Cálculos efetuados pelo autor

Em todos os anos do período analisado o Ceará apresentou uma relação comercial, em termos globais, deficitária com os demais estados. Esse comportamento se manifestou de forma crescente a uma taxa média de crescimento da ordem de 20,54%, significando que a cada quinquênio o déficit da balança comercial do Ceará duplicará. Na análise por estado, observa-se uma tendência linear, ou seja, um comportamento homogêneo dos saldos com relação a cada estado, alternando em algumas situações, como nos casos de Mato Grosso, Tocantins e Alagoas.

A homogeneidade no comportamento se observa, inclusive, quanto ao posicionamento (ranking) anual.

Tabela 4
Saldo do fluxo interestadual dos contribuintes do ICMS do CE: 2006 – 2011

Em R\$ 1.000.000,00

Estados	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Saldo
Piauí	960	1,015	1,016	1,084	1,297	1,243	6,616
Rio Grande do Norte	1,011	1,058	683	903	1,176	1,222	6,053
Pará	707	759	509	371	351	402	3,099
Maranhão	322	140	329	800	531	275	2,398
Sergipe	233	134	125	217	279	301	1,290
Amapá	123	106	137	158	192	229	945
Distrito Federal	93	113	209	208	134	155	913
Rondônia	35	42	50	60	60	57	304
Roraima	21	20	35	55	65	51	247
Acre	18	16	19	28	19	34	134
Mato Grosso	11	-8	42	16	3	10	74
Tocantins	-16	-21	-35	5	10	-72	-130
Alagoas	44	-32	23	-62	-14	-133	-173
Mato Grosso do Sul	-7	-18	-45	-18	-58	-73	-218
Paraíba	-259	-305	-222	-236	-271	-336	-1,630
Espírito Santo	-128	-249	-248	-215	-358	-530	-1,727
Paraná	-186	-20	-458	-568	-702	-767	-2,701
Goiás	-338	-388	-503	-477	-680	-597	-2,984
Santa Catarina	-402	-358	-485	-602	-515	-756	-3,118
Rio de Janeiro	-493	-584	-666	-488	-402	-585	-3,219
Amazonas	-502	-552	-575	-518	-792	-796	-3,735
Bahia	-801	-997	-921	-925	-1,234	-934	-5,811
Minas Gerais	-765	-883	-988	-1,296	-1,371	-1,227	-6,530
Rio Grande do Sul	-1,117	-1,389	-1,472	-1,770	-1,759	-1,787	-9,294
Pernambuco	-1,356	-1,281	-1,886	-1,926	-2,252	-2,800	-11,501
São Paulo	-5,114	-5,435	-5,467	-6,410	-7,566	-9,517	-39,509
Total	-5,900	-7,109	-8,784	-9,598	-11,846	-14,919	-70,207
Taxa de Crescimento (%)	-	20,49	23,57	9,26	23,43	25,94	-

Fonte: Sefaz-Ce (jul/2012)

Cálculos efetuados pelo autor

(*) - Valores contábeis corrigidos pelo IGP-DI médio de 2011

Nas Tabelas 5 e 6 podemos observar os 6 principais estados dos quais os contribuintes cearenses efetuam suas compras de mercadorias e serviços.

Observa-se uma forte tendência a aquisições de produtos e serviços oriundos do sudeste com o fornecimento da ordem de 43%. Individualmente destacamos São Paulo com 32,34% e Pernambuco com 11,71%. A concentração das compras dos contribuintes nos 6 estados é da ordem de 67,06% ficando com os demais estados 32,94%.

Tabela 5
 Valor contábil* acumulado das entradas interestaduais no CE: 2006 – 2011
 Em R\$ 1.000.000,00

Estado	Entrada	%
São Paulo	74,962	32,34%
Pernambuco	27,144	11,71%
Bahia	15,378	6,63%
Rio Grande do Sul	13,377	5,77%
Minas Gerais	12,717	5,49%
Rio de Janeiro	11,883	5,13%
Demais Estados	76,361	32,94%
Total	231.822	100,00%

Fonte: Sefaz-Ce (jul/2012)

Cálculo efetuado pelo autor

(*) - Valores contábeis corrigidos pelo IGP-DI médio de 2011

O Estado de São Paulo concentrou em média 32,34% dos fornecimentos, apresentando, assim como os outros estados pertencentes ao grupo de maiores fornecedores, uma tendência estável na participação relativa anual no período analisado.

Observa-se a mesma regularidade, ou ausência de discrepância, quando se compara a participação relativa, dos maiores estados fornecedores, entre os resultados acumulados com aqueles anuais.

Tabela 6
Valor contábil* anual das entradas interestaduais no CE: 2006 – 2011

Em R\$ 1.000.000,00

Estado	2006	Part.	2007	Part.	2008	Part.	2009	Part.	2010	Part.	2011	Part.
São Paulo	10,387	33,1%	11,319	32,8%	12,109	33,1%	12,656	31,7%	13,517	31,3%	14,974	32,4%
Pernambuco	3,645	11,6%	3,644	10,5%	4,167	11,4%	5,093	12,7%	4,949	11,4%	5,646	12,2%
Bahia	2,159	6,9%	2,529	7,3%	2,468	6,8%	2,606	6,5%	2,955	6,8%	2,662	5,8%
Rio Grande do Sul	1,711	5,5%	2,008	5,8%	2,169	5,9%	2,547	6,4%	2,475	5,7%	2,466	5,3%
Minas Gerais	1,601	5,1%	1,790	5,2%	1,985	5,4%	2,402	6,0%	2,532	5,9%	2,406	5,2%
Rio de Janeiro	1,567	5,0%	1,745	5,0%	1,851	5,1%	2,061	5,2%	2,285	5,3%	2,374	5,1%
Maiores	21,069	67,2%	23,035	66,7%	24,750	67,8%	27,364	68,5%	28,713	66,4%	30,529	66,1%
Demais Estados	10,267	32,8%	11,521	33,3%	11,781	32,2%	12,604	31,5%	14,533	33,6%	15,655	33,9%
Total	31,337	100,0%	34,556	100,0%	36,531	100,0%	39,969	100,0%	43,245	100,0%	46.184	100,0%

Fonte: Sefaz-Ce (jul/2012)

Cálculos efetuados pelo autor

(*) - Valores contábeis corrigidos pelo IGP-DI médio de 2011

As Tabela 7 e 8 mostram o valor contábil das saídas do Ceará para os seis maiores estados compradores de mercadorias e serviços, consolidadas e ano a ano, assim como sua participação relativa no total das mesmas. Observa-se no Quadro 9, um moderado grau de concentração das relações comerciais do Ceará, na medida em que, na média, de 2006 a 2011, 59,68% das nossas vendas são destinadas para apenas 6 estados, restando 40,32% para os 20 demais. As saídas para o Estado de São Paulo absorvem em média 21,94% do total. Ressaltamos que parte significativa das saídas interestaduais é proveniente de indústrias contempladas com o programa de atração de investimentos.

Houve uma alternância dos estados compradores com relação aos fornecedores, onde Rio Grande do Norte, Piauí e Maranhão assumem posição de destaque em substituição aos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro, não necessariamente nessa ordem.

Tabela 7
Valor contábil* acumulado das saídas interestaduais do CE: 2006 – 2011
Em R\$ 1.000.000,00

Estado	Saída	%
São Paulo	35,454	21,94%
Pernambuco	15,643	9,68%
Rio grande do Norte	14,196	8,78%
Piauí	11,435	7,08%
Maranhão	10,161	6,29%
Bahia	9,567	5,92%
Demais Estados	65,160	40,32%
Total	161,615	100,00%

Fonte: Sefaz-Ce (jul/2012)

Cálculo efetuado pelo autor

(*) - Valores contábeis corrigidos pelo IGP-DI médio de 2011

Observamos uma forte concentração no destino dos produtos e serviços oriundos do Ceará para, com exceção de São Paulo, a região nordeste, haja vista que dos seis maiores compradores cinco são nordestinos, respondendo por 37,75% do total.

Verifica-se na Tabela 8, oscilação nas participações relativas às saídas do Ceará para São Paulo (variação de 25,8% a 18,7%) e Pernambuco (variação de 11,2% a 8,9%). Com relação aos outros quatro estados maiores compradores observa-se uma estabilidade no período, não se verificando grandes variações nos padrões individuais.

Tabela 8
 Valor contábil* anual das saídas interestaduais do CE: 2006 – 2011

Em R\$ 1.000.000,00

Estado	2006	Part.	2007	Part.	2008	Part.	2009	Part.	2010	Part.	2011	Part.
São Paulo	5,273	22,5%	5,884	23,1%	6,642	25,8%	6,246	22,0%	5,951	20,2%	5.457	18,7%
Pernambuco	2,289	9,8%	2,363	9,3%	2,281	8,9%	3,167	11,2%	2,697	9,2%	2.846	9,7%
Rio Grande do Norte	2,116	9,0%	2,225	8,7%	2,037	7,9%	2,257	8,0%	2,460	9,1%	2.892	9,9%
Piauí	1,604	6,8%	1,657	6,5%	1,731	6,7%	2,040	7,2%	2,264	7,7%	2.139	7,3%
Maranhão	1,547	6,6%	1,694	6,7%	1,548	6,0%	1,692	6,0%	1,869	6,4%	1.810	6,2%
Bahia	1,358	5,8%	1,532	6,0%	1,547	6,0%	1,460	5,9%	1,721	5,9%	1.728	5,9%
Maiores	14,187	60,5%	15,354	60,4%	15,787	61,3%	17,083	60,2%	17,171	58,4%	16.874	57,7%
Demais Estados	9,244	39,5%	10,086	39,6%	9,953	38,7%	11,279	39,8%	12,218	41,6%	12.380	42,3%
Total	23,430	100,0%	25,440	100,0%	25,739	100,0%	28,362	100,0%	29,389	100,0%	29.253	100,0%

Fonte: Sefaz-Ce (jul/2012)

Cálculos efetuados pelo autor

(*) - Valores contábeis corrigidos pelo IGP-DI médio de 2011

5.3. POR ATIVIDADE ECONÔMICA

A análise do fluxo interestadual de mercadorias e serviços sujeitos ao ICMS, segundo a Classificação Nacional de Atividade Econômica, predominante dos estabelecimentos declarantes revela-nos o movimento econômico das empresas sujeitas à incidência do imposto nos exercícios fiscais de 2006 a 2011.

Inicialmente analisaremos a movimentação de entrada e saída de mercadorias e serviços segundo os dados agregados por conjunto de seção.

A Tabela 9 a seguir apresenta o somatório das operações no fluxo interestadual por Seção de CNAE verificado entre 2006 e 2011 e, portanto, a participação percentual média de cada grupo de atividade econômica. O comércio (G) seguido da indústria de transformação (C) são os grandes segmentos compradores com participação de 56,34% e 34,24% respectivamente. Esses mesmos segmentos aparecem como os principais vendedores (de produtos finais), só que na ordem inversa de grandeza, ou seja, a indústria de transformação representou 64,34% e o comércio 25,73%.

Tabela 9

Valor contábil* das entradas e saídas interestaduais e saldo dos contribuintes do ICMS do CE: 2006 – 2011, segundo a Classificação Nacional de Atividade Econômica.

Em R\$ 1.000.000,00

CNAE (Seção)	Entradas		Saídas		Saldo
	R\$	%	R\$	%	R\$
A – Agropecuária e Pesca	3.132	1,35	2.070	1,28	-1.062
B – Indústria Extrativa	275	0,12	670	0,41	395
C – Indústria de Transformação	79.383	34,24	103.987	64,34	24.605
D – Eletricidade	10.157	4,38	2.912	1,80	-7.246
E – Meio Ambiente	54	0,02	115	0,07	62
F – Construção	2.295	0,99	1.144	0,71	-1.151
G – Comércio **	130.616	56,34	41.590	25,73	-89.026
H a U – Serviços	5.911	2,55	9.127	5,65	3.216
Total	231.822	100,00	161.615	100,00	-70.207

Fonte: Sefaz-Ce (jul/2012)

Cálculos efetuados pelo autor

(*) - Valores contábeis corrigidos pelo IGP-DI médio de 2011

(**) - Na Seção G (Comércio) estão inclusos atacado e varejo

Ressaltamos que o comércio (G) é o grande responsável pelo saldo deficitário da balança comercial cearense no período analisado.

Destacamos como principais produtos adquiridos pelos contribuintes cearenses no segmento comércio: Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos; Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral; Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano; Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas e Comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista (TRR). Ainda sob a ótica das entradas, no que tange a indústria de transformação, citamos como de alta relevância os CNAE's: Fabricação de cervejas e chopes; Fabricação de produtos do refino de petróleo; Confeção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida; Fabricação de calçados de couro e Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico, peças e acessórios.

Nas saídas de produtos e serviços a economia cearense tem grande peso no setor comércio: Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano; Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos; Comércio atacadista de ferragens e ferramentas; Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria e Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP). Quanto à indústria de transformação destaca-se: Fabricação de calçados de material sintético; Fabricação de calçados de couro; Confeção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida; Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais, exceto algodão e, ainda, Fabricação de cervejas e chopes.

Desagregando a seção G3 (Comércio), conforme demonstrado na Tabela 10, em comércio varejista (divisões 45 e 47) e comércio atacadista (divisão 46) observamos que, nas estradas, a relação é de equilíbrio com uma discreta vantagem de 6,25% do varejo sobre o atacado onde, destaca-se: Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos; Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas; Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – hipermercados; e Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo, no comércio varejista e: Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral; Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano; e Comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel,

³ A seção G é composta das divisões: 45 - Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; 46 - Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas; e 47 - Comércio varejista

gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista (TRR), no comércio atacadista.

Tabela 10

Demonstrativo contábil* das Entradas e Saídas interestaduais quanto às atividades varejista e atacadista do Ceará, no período de 2006 a 2011.

Em R\$ 1.000.000,00

Ano	Entrada			Saída		
	Varejo	Atacado	Total	Varejo	Atacado	Total
2006	8.818	8.511	17.329	1.945	3.259	5.203
2007	9.718	9.221	18.938	2.655	3.652	6.307
2008	10.513	9.960	20.473	3.391	4.343	7.734
2009	11.607	10.891	22.498	2.681	5.008	7.689
2010	13.224	12.209	25.433	2.317	5.118	7.435
2011	13.409	12.537	25.946	2.076	5.146	7.222
Total	67.287	63.329	130.616	15.064	26.525	41.590

Fonte: Sefaz-Ce (jul/2012)

Cálculos efetuados pelo autor

(*) - Valores contábeis corrigidos pelo IGP-DI médio de 2011

No que diz respeito às saídas observa-se um predomínio da atividade do comércio atacadista sobre o varejista da ordem de 76% com destaque para: Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano⁴; Comércio atacadista de ferragens e ferramentas; Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria; e Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP), no comércio atacadista e: Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos; Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo; e Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores, no comércio varejista respectivamente.

Faremos agora uma análise sobre as entradas interestaduais de bens no Ceará no que diz respeito a compras para comercialização e confrontar com as compras para industrialização. O total das entradas interestaduais no Ceará é dado pelo CFOP 2.000 “Entradas ou Aquisições de Serviços de Outros Estados”, como vimos anteriormente foi de R\$ 231.821.859.728,80 no período analisado, destes, R\$ 91.634.864.375,00 foram

⁴ Trata-se de uma rede local de produtos farmacêuticos que compra e transfere para suas filiais em todo território nacional.

contabilizados para o CFOP 2.100 “Compras para Industrialização, Produção Rural, Comercialização ou Prestação de Serviços”, representado 39,53%. Os demais CFOPs derivados do CFOP 2.000, conforme Anexo II, tratam de transferências, devoluções, etc., não sendo, portanto, do interesse da análise em questão. A Tabela 11 mostra a evolução das entradas com valores agregados por: entradas para comercialização; entradas para industrialização; e serviços.

Tabela 11

Evolução do valor contábil* das entradas interestaduais de bens para industrialização e comercialização no Ceará, no período de 2006 a 2011

Em R\$ 1.000.000,00

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Industrialização	6.521	7.020	6.810	6.850	7.196	7.061	41.459
Comercialização	8.707	8.584	8.864	8.003	7.871	7.452	49.481
Serviço	91	77	112	90	174	152	696
Total - CFOP 2.100	15.319	15.681	15.787	14.943	15.240	14.664	91.635
Total - CFOP 2.000	31.337	34.556	36.531	39.969	43.245	46.184	231.822

Fonte: Sefaz-Ce (jul/2012)

Cálculos efetuados pelo autor

(*) - Valores contábeis corrigidos pelo IGP-DI médio de 2011

5.4. POR UF (ORIGEM E DESTINO) X ATIVIDADE ECONÔMICA

Após termos apresentado a movimentação das operações de entradas e saídas de produtos e serviços, quanto à origem e destino (fluxo interestadual) e, em seguida, por atividade econômica nas seções 5.2 e 5.3 respectivamente, detalharemos um pouco mais estas duas visões fazendo um relacionamento entre as mesmas.

Abordaremos os estados do Piauí e de São Paulo por apresentarem os maiores saldos, sendo o primeiro positivo e o segundo negativo, conforme apresentado na Seção 5.2, Quadro 6. Agregamos por subclasse de atividade econômica os respectivos valores contábeis de entradas e saídas para os dois estados. No caso do Piauí, conforme a Tabela 12, observamos um predomínio das operações nos setores da indústria de transformação e comércio, tanto nas entradas onde se registrou uma participação de 43,0% e 37,4 além do setor de agropecuária e pesca com 12,6%, perfazendo os três setores um total de 93,0% de todas as entradas no período, como nas saídas com a indústria registrando 48,4% e o comércio

42,6%.

Nos Anexos VI, VII, VIII e IX mostraremos os resultados encontrados para os estados do Rio Grande do Norte, Pará, Pernambuco e Rio Grande do Sul respectivamente.

Tabela 12
Entradas e saídas do Piauí por seção de CNAE no período de 2006 a 2011

R\$ 1,00

Seção	Entrada	%	Saída	%
A – Agropecuária e Pesca	607.610.238,43	12,6%	348.906.589,90	3,1%
B – Indústria Extrativa	5.755.360,83	0,1%	90.112.887,89	0,8%
C – Indústria de Transformação	2.073.887.778,00	43,0%	5.534.550.096,57	48,4%
D – Eletricidade	214.619.815,42	4,5%	303.620.616,42	2,7%
E – Meio Ambiente	4.999.594,47	0,1%	442.579,04	0,0%
F – Construção	39.019.294,90	0,8%	1.570.028,34	0,0%
G – Comércio	1.801.270.045,14	37,4%	4.876.439.238,73	42,6%
H a U – Serviços	71.871.418,22	1,5%	278.966.707,61	2,4%
Total	4.819.033.545,42		11.434.608.744,48	

Fonte: Sefaz-Ce (jul/2012)

Cálculos efetuados pelo autor

Selecionamos as dez atividades econômicas com os maiores valores operacionalizadas, tanto nas entradas como nas saídas, acumulados no período em análise. As Tabelas 13 e 14 mostram os resultados para entradas e saídas do estado do Piauí, respectivamente.

Tabela 13
As dez principais atividades econômicas com origem do PI - Entradas

Em R\$ 1,00

Or.	Atividade Econômica			Vl. Contábil
1	4682600	G	Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	587.574.072,93
2	1113502	C	Fabricação de cervejas e chopes	482.326.562,09
3	1066000	C	Fabricação de alimentos para animais	353.114.350,15
4	155505	A	Produção de ovos	243.674.002,00
5	155501	A	Criação de frangos para corte	242.674.649,87
6	3520401	D	Produção de gás; Processamento de gás natural	185.710.067,43
7	4635402	G	Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante	171.212.423,49
8	1922501	C	Formulação de combustíveis	151.942.851,37
9	4530701	G	Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores	138.512.664,13
10	1020101	C	Preservação de peixes, crustáceos e moluscos	136.557.397,12
Total dez maiores				2.693.299.040,57
Total de entradas do Piauí				4.819.033.545,42

Fonte: Sefaz-Ce (jul/2012)

Cálculos efetuados pelo autor

Obs.: As letras na terceira coluna referem-se às seções da Tabela 12

De todas as operações de entrada no Ceará com origem do Piauí, as dez atividades econômicas apresentadas acima representaram 55,89% de tudo que entrou no Ceará oriundo daquela UF.

Os CNAE's 4682600, 3520401 e 1922501, que tratam de operações com petróleo e derivados, têm seu fluxo de entrada ou saída determinado por uma política de distribuição (logística) da Petrobras para atender as demandas dos estados, que independem dos mesmos.

Ressaltamos, também, os CNAE's 1113501 e 4635402 que tratam de operações com bebidas (cervejas, chopes e refrigerantes), analogamente ao caso anterior muitas vezes acontecem para suprir o portfólio local da grade de produtos da AMBEV.

Tabela 14
As dez principais atividades econômicas com destino para o PI – Saídas.

Em R\$ 1,00

Or.	Atividade Econômica			Vr. Contábil
1	1113502	C	Fabricação de cervejas e chopes	1.050.680.722,19
2	4682600	G	Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	929.413.087,95
3	4644301	G	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano	518.365.727,64
4	1094500	C	Fabricação de massas alimentícias	456.835.881,36
5	1122401	C	Fabricação de refrigerantes	350.389.296,95
6	2320600	G	Fabricação de cimento	375.683.325,68
7	4681801	C	Comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista (TRR)	524.252.978,96
8	3520401	D	Produção de gás; Processamento de gás natural	284.249.463,87
9	4646001	G	Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria	241.313.974,69
10	1062700	C	Moagem de trigo e fabricação de derivados	231.578.876,54
Total dez maiores				4.962.763.335,84
Total de saídas para o Piauí				11.434.608.744,48

Fonte: Sefaz-Ce (jul/2012)

Cálculos efetuados pelo autor

Obs.: As letras na terceira coluna referem-se às seções da Tabela 12

Nas operações de saída para o Piauí as dez atividades econômicas mais expressivas representaram 43,40%, apresentando uma concentração um pouco menor, em relação às entradas, mas mesmo assim bastante expressiva.

Analisaremos, agora, o comércio praticado com o estado de São Paulo. A Tabela 15 apresenta os valores acumulados, por subclasse, de todas as entradas e saídas realizadas entre o Ceará e São Paulo, no período de 2006 a 2011.

Tabela 15
Entradas e saídas de São Paulo por seção de CNAE no período de 2006 a 2011

R\$ 1,00

Seção	Entrada	%	Saída	%
A – Agropecuária e Pesca	539.569.495,97	0,7%	377.827.594,71	1,1%
B – Indústria Extrativa	80.078.216,33	0,1%	115.094.062,73	0,3%
C – Indústria de Transformação	22.326.785.511,86	29,8%	24.061.698.041,52	67,9%
D – Eletricidade	2.244.669.838,74	3,0%	250.709.620,53	0,7%
E – Meio Ambiente	13.028.984,50	0,0%	49.837.901,13	0,1%
F – Construção	865.563.368,64	1,2%	6.000.533,74	0,0%
G – Comércio	46.427.536.254,58	61,9%	9.001.033.638,91	25,4%
H a U – Serviços	2.465.035.135,11	3,3%	1.591.318.467,02	4,5%
Total	74.962.266.805,74		35.453.519.860,28	

Fonte: Sefaz-Ce (jul/2012)

Cálculos efetuados pelo autor

Na relação comercial com o estado de São Paulo o Ceará mostrou-se deficitário no período analisado em 47,30%, ou seja, o Ceará compra aproximadamente o dobro do que vende para aquele estado. Destacamos os setores da indústria de transformação e comércio como os mais representativos onde foi registrada nas entradas uma participação de 29,8% e 61,9 respectivamente, e nas saídas 67,9% e 25,4% para os mesmos setores. Observa-se que houve uma inversão quanto à grandeza das transações.

Tabela 16
As dez principais atividades econômicas com origem de SP - Entradas

Em R\$ 1,00

Or.	Atividade Econômica		Vr. Contábil
1	4644301	G Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano	8.860.321.820,45
2	4511101	G Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos	5.836.791.326,87
3	4639701	G Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral	5.186.218.599,40
4	1113502	C Fabricação de cervejas e chopes	1.903.764.608,24
5	4530701	G Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores	1.607.270.943,76
6	1531901	C Fabricação de calçados de couro	1.422.538.711,76
7	4646001	G Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria	1.329.448.184,58
8	1921700	C Fabricação de produtos do refino de petróleo	1.317.671.243,89
9	2751100	C Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico, peças e acessórios	1.307.657.655,04
10	4511104	G Comércio por atacado de caminhões novos e usados	1.194.876.301,41
Total dez maiores			29.966.559.395,40
Total de entradas de São Paulo			74.962.266.805,74

Fonte: Sefaz-Ce (jul/2012)

Cálculos efetuados pelo autor

Obs.: As letras na terceira coluna referem-se às seções da Tabela 15

Das dez maiores atividades que ingressaram de São Paulo destaque-se o CNAE 4644301 – Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano, onde uma grande rede nacional de distribuição de medicamentos tem sua central de abastecimento situada no território cearense. Destaque-se, ainda, o CNAE 1531901 – Fabricação de calçados de couro, o polo calçadista cearense adquire insumos para fabricação de produtos acabados e posterior comercialização, esse segmento é contemplado com a política de incentivos fiscais e poderá sofrer com as medidas anunciadas pelo Governo Federal que preveem o fim da guerra fiscal.

Tabela 17
As dez principais atividades econômicas com destino para SP - Saídas

Em R\$ 1,00

Or.	Atividade Econômica			Vr. Contábil
1	4511101	G	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos	4.240.519.688,70
2	1531901	C	Fabricação de calçados de couro	3.187.381.758,37
3	1533500	C	Fabricação de calçados de material sintético	2.851.902.709,24
4	1322700	C	Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais, exceto algodão	2.636.963.241,77
5	1412601	C	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida	2.219.448.962,01
6	1311100	C	Preparação e fiação de fibras de algodão	1.491.464.755,56
7	2431800	C	Produção de tubos de aço com costura	1.118.143.501,35
8	2759799	C	Fabricação de outros aparelhos eletrodomésticos não especificados anteriormente, peças e acessórios	1.046.212.307,17
9	2751100	C	Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico, peças e acessórios	928.246.181,26
10	4644301	G	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano	843.457.797,97
Total dez maiores				20.563.740.903,41
Total de saídas para São Paulo				35.453.519.860,28

Fonte: Sefaz-Ce (jul/2012)

Cálculos efetuados pelo autor

Obs.: As letras na terceira coluna referem-se às seções da Tabela 15

Nas saídas para São Paulo destaca-se o CNAE 4511101 – Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos, que na realidade trata-se de operações de leasing efetuada com instituições financeiras com sede naquele estado. Vale ressaltar que estas mercadorias de fato foram adquiridas no Ceará, mas para efeito de regularização da operação de leasing uma Nota fiscal é emitida para o banco financiador do veículo; os CNAE's 1531901 – Fabricação de calçados de couro e 1533500 – Fabricação de calçados de material sintético, segmento contemplado com a política de atração de indústrias que tem dado excelente resultado; os CNAE's 1322700, 1412601 e 1311100 que tratam de operações com produtos têxteis, segmento em que o Ceará tradicionalmente produz para o consumo local e também exporta para todo o país, sendo São Paulo o maior comprador; e novamente o CNAE 4644301 – Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano, onde uma grande rede nacional de farmácias distribui para suas filiais a partir da central localizada no Ceará.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou o alto grau de dependência que o estado do Ceará tem do comércio interestadual e até do comércio intermunicipal, quando comparado com o comércio internacional. Ressalte-se que este último é historicamente deficitário e, durante o período analisado, apresentou um baixo grau de abertura.

O Grau de Abertura Econômica do Ceará, no que tange o fluxo de comércio internacional, apresentou um padrão uniforme em torno de 9,53%, ficando abaixo da média nacional que foi de 20,82%, bem como das médias regionais, a saber: NE 18,71%; N 30,01%; CO 16,81%; SE 28,92% e S 35,44%. Ressaltamos que houve uma variação negativa em todos os entes considerados, conforme Anexo V. No comércio interestadual o GAE foi bastante expressivo com uma variação média de 80,30% no período de 2002 a 2011.

A indústria de transformação teve um comportamento de crescimento, nas transações interestaduais, no período analisado, com maior expressividade nas entradas quando registrou um crescimento de 34,60%, que acreditamos ser aquisição de insumos e bens de capital, que foram transformados em produtos finais para venda em todos os fluxos de comércio, onde se registrou na saída interestadual um crescimento de 14,35%.

Ainda sobre a indústria de transformação, analisando o fluxo de comércio intraestadual, observamos um crescimento de 31,43% nas entradas e de 40,16% nas saídas, fato que ratifica o crescimento do segmento, já comentado no parágrafo anterior e, por outro lado explica o retorno, no que tange à comercialização propriamente dita, dos programas de atração de indústrias ancorados pelo FDI.

De todos os bens e produtos que entraram na economia cearense, oriundos de outras unidades da federação, com a finalidade de industrialização ou de comercialização, ficou evidente que o Ceará compra um grande volume de bens acabados, em média 19,61% a mais do que bens para industrialização, para consumir internamente, quando poderia estar se estruturando para suprir parte dessa demanda.

No caso dos estados do Piauí e São Paulo, que apresentaram posições opostas quanto aos saldos acumulados no período, os segmentos da indústria de transformação e o comércio representam a maioria absoluta das operações realizadas, quanto ao valor contábil,

com uma pequena aparição dos segmentos: agropecuária e pesca e eletricidade, nas relações com nosso vizinho nordestino.

Apesar da instituição da GI, através do Convênio S/N de 15/12/1970, que obriga as unidades da federação prestar informações sobre suas transações interestaduais, isso não vem acontecendo, fato que impossibilitou a comparação do Ceará com outros estados, no que diz respeito ao fluxo de comércio interestadual. Espera-se que, com a introdução do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, esse problema seja solucionado. Mesmo assim fizemos uma análise, a partir dos dados levantados na Secretaria da Fazenda do Ceará, das operações realizadas com os entes federados, Piauí e São Paulo, em que o Ceará apresentou os maiores saldos, positivo e negativo respectivamente.

Por fim, esperamos que esse trabalho possa despertar a curiosidade e o interesse de alunos e pesquisadores, e sirva de mote para outras pesquisas. A título de sugestão citamos: Estudo da Balança Comercial do Ceará por produto; Impacto na Balança Comercial do Ceará pós-implantação de equipamentos estruturantes (Siderúrgica) e; Impactos na Balança Comercial do Ceará pós-implantação de medidas fiscais (Alíquota única do ICMS, Redefinição dos índices de repasse do FPE; *Royalties* do pré-sal).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Page, Marjorie; Provincial Trade Patterns – Agriculture and Rural Working Paper Series – Statistics Canada Agriculture Division Working Paper N° 58 – October 2002.

Coutinho, E.S.; Lana-Peixoto, F.V.; Ribeiro, P.Z.F°; Amaral, H.F.; DE SMITH A PORTER: Um Ensaio Sobre as teorias de Comércio Exterior – Revista de Gestão USP, São Paulo; v. 12; N° 4; p: 101, 113 – Outubro/Dezembro 2005.

Oliveira, I.T.M.; Livre Comércio X Protecionismo: Uma Análise das Principais Teorias do Comércio Internacional; Revista Urutáguia – N° 11 – Dez/Jan/Fev/Mar. 2007.

Guaragna, Paulo R.S.; Balança Comercial Interestadual dos Contribuintes do ICMS e Grau de Abertura Econômica do Rio Grande do Sul 1997 – 2002; Estudos Econômicos-Fiscais – Ano 10; N° 47 – Julho de 2004.

Magalhães, M.A.; Toscano, V.N.; Estimativas de Grau de Abertura para a Economia do Espírito Santo; Nota Técnica 08 – 2009.

Barreto, Flávio Ataliba F. D.; e Outros - Efeitos da Política de atração de Incentivos Industriais no Ceará sobre o Emprego no período 2002-2005.

Silva, Luís A. F°; Queiroz, Silvana N. – Revista de Desenvolvimento do Ceará - Ipece, N° 01, Outubro, 2010.

RICM; Dec. N° 24.569, de 31 de julho de 1997; Publicado no DOE em 04/08/1997.

MDIC – Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. www.mdic.gov.br

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. IPEADATA. www.ipeadata.gov.br

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. www.ibge.gov.br

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. www.ipece.ce.gov.br

SEFAZ – Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará. www.sefaz.ce.gov.br

Anexo I

CNAE agregada por seção

Seção	Divisões	Descrição CNAE
A	01 ... 03	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura
B	05 ... 09	Indústrias extrativas
C	10 ... 33	Indústrias de transformação
D	35 ... 35	Eletricidade e gás
E	36 ... 39	Água, esgoto, atividade de gestão de resíduos e descontaminação
F	41 ... 43	Construção
G	45 ... 47	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas
H	49 ... 53	Transporte, armazenagem e correio
I	55 ... 56	Alojamento e alimentação
J	58 ... 63	Informação e comunicação
K	64 ... 66	Atividades financeiras de seguros e serviços relacionados
L	68 ... 68	Atividades imobiliárias
M	69 ... 75	Atividades profissionais, científicas e técnicas
N	77 ... 82	Atividades administrativas e serviços complementares
O	84 ... 84	Administração pública, defesa e seguridade social
P	85 ... 85	Educação
Q	86 ... 88	Saúde humana e serviços sociais
R	90 ... 93	Artes, cultura, esporte e recreação
S	94 ... 96	Outras atividades de serviços
T	97 ... 97	Serviços domésticos
U	99 ... 99	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

Fonte: IBGE/Concla

Anexo II

Demonstrativo do CFOP com destaque das compras para industrialização e comercialização.

Código Fiscal de Operações e Prestações das Entradas de Mercadorias e Bens e da Aquisição de Serviços previsto no Anexo Único do Convênio SINEF s/n, de 15 de dezembro de 1970, alterado pelos Ajustes SINIEF n°s 07/2001, 05/2002, 05 e 09/2003, 03 e 09/2004, 02, 05, 06 e 09/2005.

DAS ENTRADAS DE MERCADORIAS E BENS E DA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

- 1.000 - ENTRADAS OU AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS DO ESTADO
- 2.000 - ENTRADAS OU AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS DE OUTROS ESTADOS
- 2.100 - COMPRAS PARA INDUSTRIALIZAÇÃO, PRODUÇÃO RURAL, COMERCIALIZAÇÃO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
 - 2.101 - Compra para industrialização ou produção rural
 - 2.102 - Compra para comercialização
 - 2.111 - Compra para industrialização de mercadoria recebida anteriormente em consignação industrial
 - 2.113 - Compra para comercialização, de mercadoria recebida anteriormente em consignação mercantil
 - 2.116 - Compra para industrialização ou produção rural originada de encomenda para recebimento futuro
 - 2.117 - Compra para comercialização originada de encomenda para recebimento futuro
 - 2.118 - Compra de mercadoria para comercialização pelo adquirente originário, entregue pelo vendedor remetente ao destinatário, em venda à ordem
 - 2.120 - Compra para industrialização, em venda à ordem, já recebida do vendedor remetente
 - 2.121 - Compra para comercialização, em venda à ordem, já recebida do vendedor remetente
 - 2.122 - Compra para industrialização em que a mercadoria foi remetida pelo fornecedor ao industrializador sem transitar pelo estabelecimento adquirente
 - 2.124 - Industrialização efetuada por outra empresa
 - 2.125 - Industrialização efetuada por outra empresa quando a mercadoria remetida para utilização no processo de industrialização não transitou pelo estabelecimento adquirente da mercadoria
 - 2.126 - Compra para utilização na prestação de serviço
- 2.150 - TRANSFERÊNCIAS PARA INDUSTRIALIZAÇÃO, PRODUÇÃO RURAL, COMERCIALIZAÇÃO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
- 2.200 - DEVOLUÇÕES DE VENDAS DE PRODUÇÃO PRÓPRIA, DE TERCEIROS OU ANULAÇÕES DE VALORES
 - 2.250 - COMPRAS DE ENERGIA ELÉTRICA
- 2.300 - AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO
- 2.350 - AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE
- 2.400 - ENTRADAS DE MERCADORIAS SUJEITAS AO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
- 2.500 - ENTRADAS DE MERCADORIAS REMETIDAS PARA FORMAÇÃO DE LOTE OU COM FIM ESPECÍFICO DE EXPORTAÇÃO E EVENTUAIS DEVOLUÇÕES
- 2.550 - OPERAÇÕES COM BENS DE ATIVO IMOBILIZADO E MATERIAIS PARA USO OU CONSUMO
- 2.600 - CRÉDITOS E RESSARCIMENTOS DE ICMS
- 2.650 - ENTRADAS DE COMBUSTÍVEIS, DERIVADOS OU NÃO DE PETRÓLEO E LUBRIFICANTES
- 2.900 - OUTRAS ENTRADAS DE MERCADORIAS OU AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS
- 3.000 - ENTRADAS OU AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS DO EXTERIOR

Anexo III

Demonstrativo contábil* das entradas e saídas interestaduais, agregado por ano e seção de CNAE

ANO	CNAE	ENTRADAS	%	SAÍDAS	%
2006	A	450.728.801,25	1,44%	223.252.629,47	0,95%
	B	37.600.912,74	0,12%	80.540.857,63	0,34%
	C	11.417.593.502,01	36,44%	16.181.167.895,53	69,06%
	D	1.064.474.239,28	3,40%	74.696.100,58	0,32%
	E	2.853.202,06	0,01%	9.523.010,46	0,04%
	F	272.109.109,35	0,87%	288.925.907,80	1,23%
	G	17.328.823.518,23	55,30%	5.203.356.674,27	22,21%
	H a U	762.318.916,72	2,43%	1.368.914.416,34	5,84%
	Total	31.336.502.201,65		23.430.377.492,06	
2007	A	493.397.391,94	1,43%	373.446.401,29	1,47%
	B	43.305.251,05	0,13%	94.950.372,70	0,37%
	C	12.699.385.811,02	36,75%	17.193.938.945,26	67,59%
	D	1.264.612.388,46	3,66%	93.489.793,93	0,37%
	E	4.394.415,10	0,01%	10.824.823,87	0,04%
	F	230.703.606,61	0,67%	107.233.746,17	0,42%
	G	18.938.188.707,43	54,80%	6.306.991.129,22	24,79%
	H a U	882.190.735,86	2,55%	1.259.498.034,77	4,95%
	Total	34.556.178.307,47		25.440.373.247,22	
2008	A	530.374.322,37	1,45%	307.227.039,24	1,19%
	B	41.825.149,76	0,11%	98.563.900,08	0,38%
	C	12.490.702.267,82	34,19%	15.743.024.377,51	61,16%
	D	1.551.222.752,41	4,25%	241.091.666,01	0,94%
	E	5.805.198,45	0,02%	17.351.749,44	0,07%
	F	279.096.194,11	0,76%	193.057.970,13	0,75%
	G	20.472.660.885,10	56,04%	7.733.656.882,10	30,05%
	H a U	1.159.605.426,32	3,17%	1.405.213.337,88	5,46%
	Total	36.531.292.196,34		25.739.186.922,39	
2009	A	516.645.853,35	1,29%	302.664.069,28	1,07%
	B	38.164.693,95	0,10%	112.047.514,70	0,40%
	C	13.515.713.676,48	33,82%	17.903.131.499,03	63,12%
	D	2.010.791.633,87	5,03%	618.921.332,30	2,18%
	E	9.817.642,47	0,02%	22.279.389,38	0,08%
	F	406.419.027,60	1,02%	149.293.072,21	0,53%
	G	22.498.372.566,20	56,29%	7.689.171.711,26	27,11%
	H a U	972.851.153,16	2,43%	1.564.684.232,59	5,52%
	Total	39.968.776.247,08		28.362.192.820,74	

Anexo III - Continuação

ANO	CNAE	ENTRADAS	%	SAÍDAS	%
2010	A	584.457.973,98	1,35%	400.312.766,69	1,36%
	B	50.266.408,84	0,12%	148.726.850,15	0,51%
	C	13.891.334.515,84	32,12%	18.462.860.871,26	62,82%
	D	1.525.024.885,60	3,53%	946.644.551,22	3,22%
	E	17.218.986,55	0,04%	28.479.285,23	0,10%
	F	698.319.918,66	1,61%	241.464.236,87	0,82%
	G	25.432.500.047,35	58,81%	7.434.872.596,25	25,30%
	H a U	1.046.229.321,50	2,42%	1.726.100.870,09	5,87%
	Total	43.245.352.058,31		29.389.462.027,75	
2011	A	555.958.743,25	1,20%	463.047.931,09	1,58%
	B	63.508.633,28	0,14%	135.283.147,73	0,46%
	C	15.367.904.510,52	33,28%	18.503.055.495,15	63,25%
	D	2.741.343.213,67	5,94%	936.906.928,97	3,20%
	E	13.566.019,09	0,03%	26.811.376,22	0,09%
	F	407.917.092,07	0,88%	163.720.444,65	0,56%
	G	25.945.628.090,19	56,18%	7.221.831.995,96	24,69%
	H a U	1.087.932.415,88	2,36%	1.802.805.355,95	6,16%
	Total	46.183.758.717,95		29.253.462.675,72	

Fonte: Sefaz-Ce (jul/2012)

Cálculos efetuados pelo autor

(*) - Valores contábeis corrigidos pelo IGP-DI médio de 2011

Nota: **A** – Agropecuária e Pesca; **B** – Indústria Extrativa; **C** – Indústria de Transformação; **D** – Eletricidade; **E** – Meio Ambiente; **F** – Construção; **G** – Comércio e **H a U** – Serviços.

Anexo IV

Grau de Abertura Econômica Internacional: Brasil, Regiões e Ceará

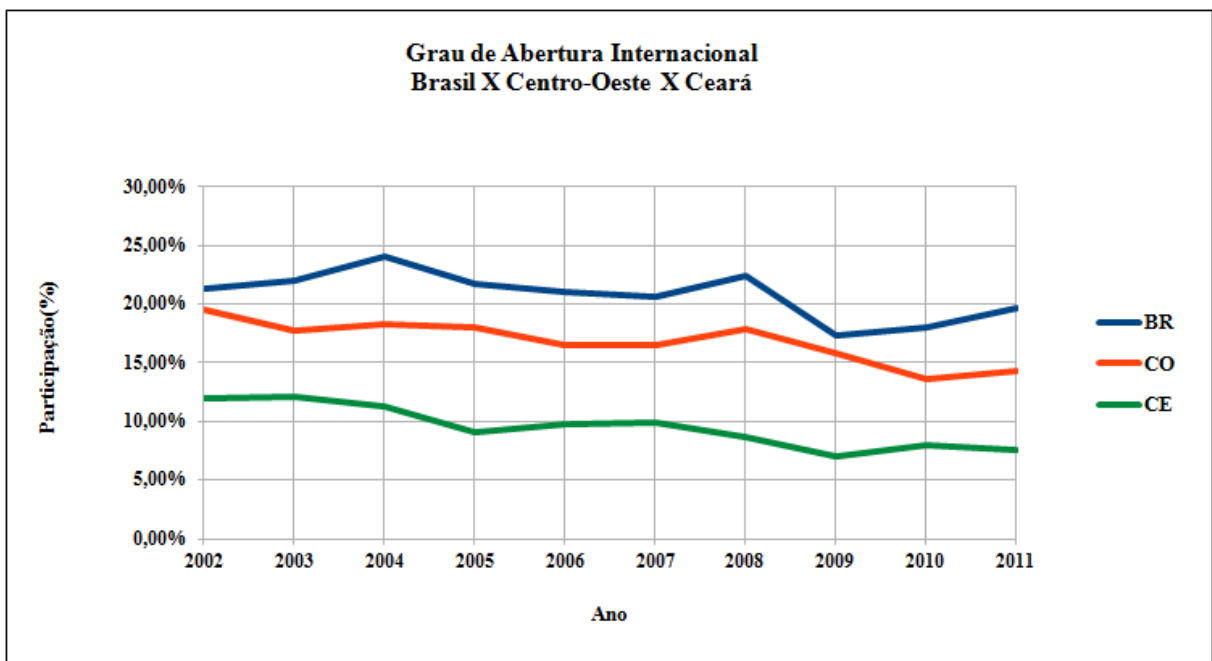
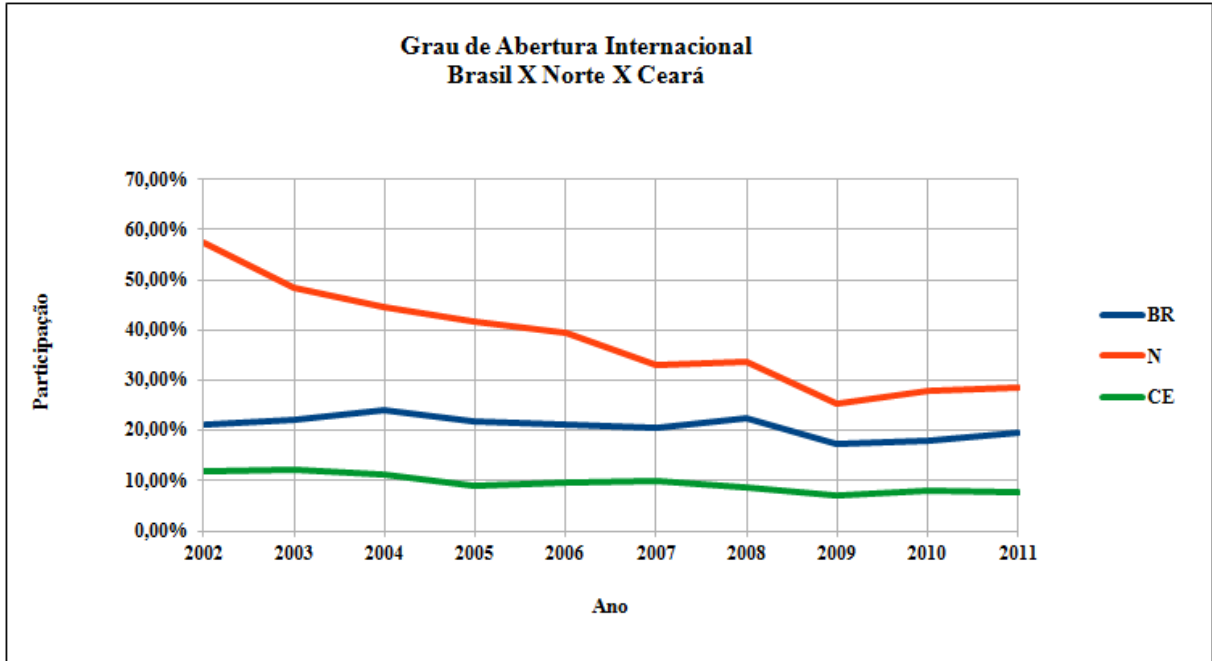
ANO	BR	CO	NE	N	SE	S	CE
2002	21,28%	19,57%	28,03%	57,41%	43,04%	53,22%	11,89%
2003	22,00%	17,73%	23,80%	48,34%	35,92%	45,32%	12,15%
2004	24,04%	18,26%	23,58%	44,57%	36,37%	44,55%	11,34%
2005	21,78%	17,98%	20,30%	41,53%	30,78%	37,44%	9,04%
2006	21,04%	16,50%	19,52%	39,33%	29,56%	34,67%	9,74%
2007	20,58%	16,56%	18,06%	33,06%	27,33%	33,62%	9,95%
2008	22,43%	17,80%	16,67%	33,79%	26,54%	33,65%	8,67%
2009	17,30%	15,85%	11,71%	25,50%	20,03%	25,31%	6,99%
2010	18,06%	13,58%	12,54%	27,99%	19,91%	23,38%	7,96%
2011	19,70%	14,25%	12,85%	28,54%	19,78%	23,25%	7,58%
Média	20,82%	16,81%	18,71%	38,01%	28,92%	35,44%	9,53%
Variação	-7,42%	-27,19%	-54,14%	-50,28%	-54,04%	-56,31%	-36,25%

Fonte: IPECE (PIB) e IPEA (X e M)

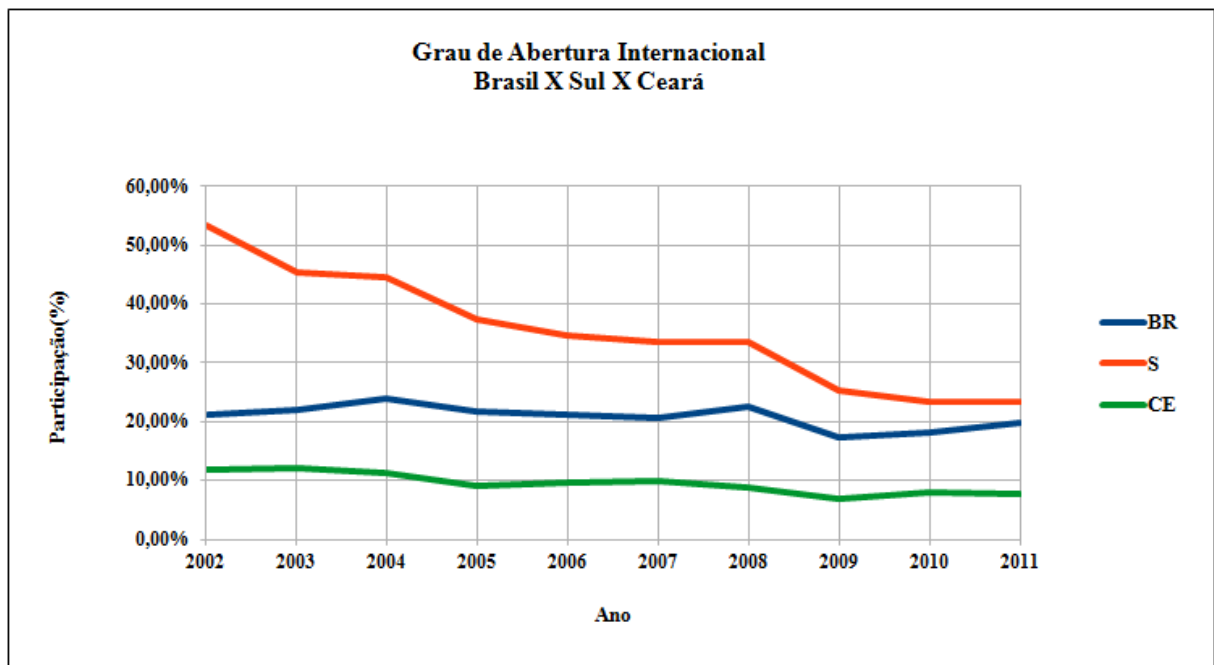
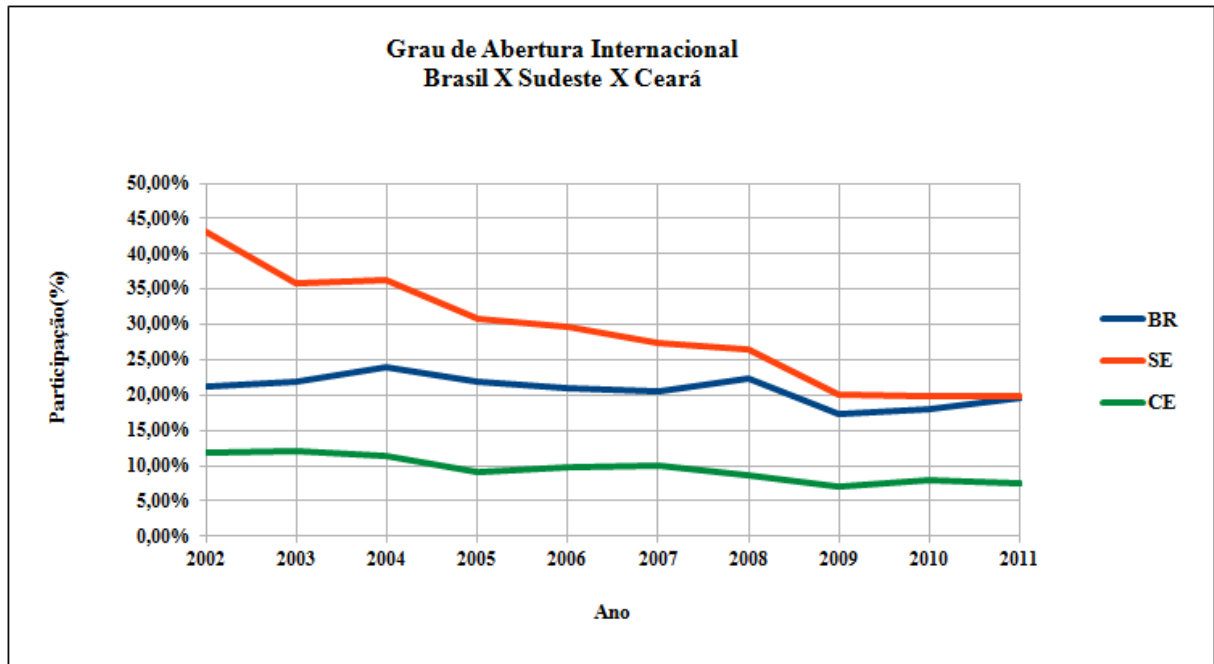
Cálculos efetuados pelo autor

Anexo V

Gráficos da evolução do grau de abertura do Brasil, das regiões N, CO, SE e S e do Ceará ao longo do período de 2002 a 2011.



Anexo V – Continuação



Anexo VI

a) Entradas e saídas do Rio Grande do Norte por seção de CNAE no período de 2006 a 2011

R\$ 1,00

Seção	Entrada	%	Saída	%
A – Agropecuária e Pesca	433.064.450,50	5,3%	561.871.140,59	4,0%
B – Indústria Extrativa	25.928.460,34	0,3%	21.855.939,35	0,2%
C – Indústria de Transformação	3.823.259.652,24	47,0%	9.154.556.948,10	64,5%
D – Eletricidade	845.580.047,28	10,4%	271.445.009,85	1,9%
E – Meio Ambiente	3.223.819,44	0,0%	723.089,59	0,0%
F – Construção	95.468.772,26	1,2%	21.253.181,23	0,1%
G – Comércio	2.833.385.364,82	34,8%	3.931.244.114,56	27,7%
H a U – Serviços	83.260.900,03	1,0%	233.483.128,94	1,6%
Total	8.143.171.466,91		14.196.432.552,21	

Fonte: Sefaz-Ce (jul/2012)

Cálculos efetuados pelo autor

b) As dez principais atividades econômicas com origem do RN - Entradas

Em R\$ 1,00

Or.	Atividade Econômica			VI. Contábil
1	1921700	C	Fabricação de produtos do refino de petróleo	800.166.862,53
2	3520401	D	Produção de gás; Processamento de gás natural.	763.441.183,18
3	1113502	C	Fabricação de cervejas e chopes	611.027.332,88
4	4681801	C	Comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista (TRR)	567.338.645,76
5	4781400	G	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	524.810.275,55
6	1322700	C	Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais, exceto algodão	443.243.352,22
7	1122401	C	Fabricação de refrigerantes	294.323.735,98
8	1412601	C	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida.	266.530.699,13
9	119907	A	Cultivo de melão	224.012.748,86
10	2014200	C	Fabricação de gases industriais.	135.268.885,82
Total dez maiores				4.630.163.721,93
Total de entradas do Rio Grande do Norte				8.143.171.466,91

Fonte: Sefaz-Ce (jul/2012)

Cálculos efetuados pelo autor

Anexo VI - Continuação

c) As dez principais atividades econômicas com destino para o RN - Saídas

Em R\$ 1,00

Or.	Atividade Econômica			Vi. Contábil
1	1322700	C	Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais, exceto algodão	1.050.921.623,32
2	1412601	C	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida.	1.012.560.224,92
3	1113502	C	Fabricação de cervejas e chopes	789.483.788,36
4	4644301	G	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano	670.065.930,29
5	1921700	C	Fabricação de produtos do refino de petróleo	576.297.967,52
6	1122401	C	Fabricação de refrigerantes	471.821.624,28
7	4681801	G	Comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista (TRR)	468.385.342,60
8	1311100	C	Preparação e fiação de fibras de algodão	432.723.392,66
9	3520401	D	Produção de gás; Processamento de gás natural.	243.611.977,68
10	2710403	C	Fabricação de motores elétricos, peças e acessórios.	218.871.564,11
Total dez maiores				5.934.743.435,74
Total de entradas do Rio Grande do Norte				14.196.432.552,21

Fonte: Sefaz-Ce (jul/2012)

Cálculos efetuados pelo autor

Anexo VII

a) Entradas e saídas do Pará por seção de CNAE no período de 2006 a 2011

R\$ 1,00

Seção	Entrada	%	Saída	%
A – Agropecuária e Pesca	41.152.139,65	0,9%	81.967.797,52	1,1%
B – Indústria Extrativa	878.479,30	0,0%	19.038.369,46	0,2%
C – Indústria de Transformação	1.775.178.765,95	38,2%	5.211.224.592,53	67,3%
D – Eletricidade	68.131.869,78	1,5%	14.787.854,65	0,2%
E – Meio Ambiente	849.180,10	0,0%	12.724.519,64	0,2%
F – Construção	39.536.578,66	0,9%	707.956,92	0,0%
G – Comércio	2.656.643.896,81	57,2%	2.075.278.088,92	26,8%
H a U – Serviços	62.899.144,69	1,4%	328.086.563,57	4,2%
Total	4.645.270.054,95		7.743.815.743,20	

Fonte: Sefaz-Ce (jul/2012)

Cálculos efetuados pelo autor

b) As dez principais atividades econômicas com origem do PA - Entradas

Em R\$ 1,00

Or.	Atividade Econômica			VI. Contábil
1	4634601	G	Comércio atacadista de carnes bovinas suínas e derivados	577.439.132,82
2	1510600	C	Curtimento e outras preparações de couro	315.894.145,94
3	1113502	C	Fabricação de cervejas e chopes	300.856.501,92
4	4711302	G	Comércio varejista de mercadorias em geral com predominância de produtos alimentícios - supermercados	274.671.896,94
5	1749400	C	Fabricação de produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado não especificado anteriormente	233.758.553,58
6	4644301	G	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano	194.917.771,42
7	4722901	G	Comércio varejista de carnes - açougues	189.144.611,36
8	4744002	G	Comércio varejista de madeiras e artefatos	180.382.453,27
9	4711301	G	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados.	179.068.626,53
10	4639701	G	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral	169.105.330,51
Total dez maiores				2.615.239.024,29
Total de entradas do Pará				4.645.270.054,95

Fonte: Sefaz-Ce (jul/2012)

Cálculos efetuados pelo autor

Anexo VII - Continuação

c) As dez principais atividades econômicas com destino para o PA - Saídas

Em R\$ 1,00

Or.	Atividade Econômica			Vi. Contábil
1	4644301	G	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano	590.203.953,99
2	1921700	C	Fabricação de produtos do refino de petróleo	512.898.087,46
3	1533500	C	Fabricação de calçados de material sintético	474.689.133,71
4	1412601	C	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida.	408.767.746,99
5	1113502	C	Fabricação de cervejas e chopes	399.812.364,83
6	2431800	C	Produção de tubos de aço com costura	354.151.397,82
7	2751100	C	Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico, peças e acessórios	264.082.388,81
8	1062700	C	Moagem de trigo e fabricação de derivados	257.543.769,33
9	4646001	G	Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria	237.398.098,94
10	2320600	C	Fabricação de cimento	200.760.739,43
Total dez maiores				3.700.307.681,31
Total de entradas do Pará				7.743.815.743,20

Fonte: Sefaz-Ce (jul/2012)

Cálculos efetuados pelo autor

Anexo VIII

a) Entradas e saídas de Pernambuco por seção de CNAE no período de 2006 a 2011

R\$ 1,00

Seção	Entrada	%	Saída	%
A – Agropecuária e Pesca	312.457.975,88	1,2%	96.191.310,98	0,6%
B – Indústria Extrativa	22.879.179,68	0,1%	32.209.938,68	0,2%
C – Indústria de Transformação	6.641.307.405,53	24,5%	10.031.413.009,00	64,1%
D – Eletricidade	2.309.796.654,50	8,5%	628.154.937,92	4,0%
E – Meio Ambiente	11.936.085,84	0,0%	12.948.863,48	0,1%
F – Construção	284.843.009,90	1,0%	6.546.288,14	0,0%
G – Comércio	16.514.655.843,17	60,8%	4.308.339.567,12	27,5%
H a U – Serviços	1.046.281.772,74	3,9%	526.865.977,42	3,4%
Total	27.144.157.927,24		15.642.669.892,74	

Fonte: Sefaz-Ce (jul/2012)

Cálculos efetuados pelo autor

b) As dez principais atividades econômicas com origem de PE - Entradas

Em R\$ 1,00

Or.	Atividade Econômica			VI. Contábil
1	4639701	G	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral	3.170.176.575,76
2	4711301	G	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados.	1.557.661.321,85
3	4711302	G	Comércio varejista de mercadorias em geral com predominância de produtos alimentícios - supermercados	1.378.175.395,42
4	4713001	G	Lojas de departamentos ou magazines	1.297.786.577,13
5	1921700	C	Fabricação de produtos do refino de petróleo	1.220.962.955,38
6	3511501	D	Geração de energia elétrica	1.210.834.258,88
7	3514000	D	Distribuição de energia elétrica	853.131.004,20
8	4731800	G	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	564.406.382,64
9	6120501	J	Telefonia móvel celular	546.168.024,67
10	4672900	G	Comércio atacadista de ferragens e ferramentas	521.160.552,15
Total dez maiores				12.320.463.048,09
Total de entradas de Pernambuco				27.144.157.927,24

Fonte: Sefaz-Ce (jul/2012)

Cálculos efetuados pelo autor

Anexo VIII - Continuação

c) As dez principais atividades econômicas com destino para PE - Saídas

Em R\$ 1,00

Or.	Atividade Econômica			Vi. Contábil
1	4644301	G	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano	1.616.850.029,82
2	1921700	C	Fabricação de produtos do refino de petróleo	1.181.017.771,85
3	1113502	C	Fabricação de cervejas e chopes	724.584.604,53
4	1533500	C	Fabricação de calçados de material sintético	583.001.668,74
5	2751100	C	Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico, peças e acessórios	510.304.397,81
6	1062700	C	Moagem de trigo e fabricação de derivados	435.294.200,67
7	1094500	C	Fabricação de massas alimentícias	378.324.062,94
8	3511501	D	Geração de energia elétrica	370.261.145,00
9	2431800	C	Produção de tubos de aço com costura	353.685.123,03
10	1411801	C	Confecção de roupas íntimas	342.096.380,53
Total dez maiores				6.495.419.384,93
Total de entradas de Pernambuco				15.642.669.892,74

Fonte: Sefaz-Ce (jul/2012)

Cálculos efetuados pelo autor

Anexo IX

a) Entradas e saídas do Rio Grande do Sul por seção de CNAE no período de 2006 a 2011

R\$ 1,00

Seção	Entrada	%	Saída	%
A – Agropecuária e Pesca	83.209.729,19	0,6%	21.886.304,93	0,5%
B – Indústria Extrativa	4.249.021,50	0,0%	11.227.379,08	0,3%
C – Indústria de Transformação	4.788.801.390,66	35,8%	3.291.064.096,02	80,6%
D – Eletricidade	390.249.353,77	2,9%	34.498.360,98	0,8%
E – Meio Ambiente	677.120,60	0,0%	243.951,88	0,0%
F – Construção	116.846.833,20	0,9%	872.025,33	0,0%
G – Comércio	6.575.213.703,00	49,2%	635.560.441,94	15,6%
H a U – Serviços	1.417.383.891,48	10,6%	86.884.920,17	2,1%
Total	13.376.631.043,40		4.082.237.480,34	

Fonte: Sefaz-Ce (jul/2012)

Cálculos efetuados pelo autor

b) As dez principais atividades econômicas com origem de RS - Entradas

Em R\$ 1,00

Or.	Atividade Econômica			Vi. Contábil
1	4511101	G	Comércio a varejo de automotores, camionetas e utilitários	2.440.611.165,58
2	1531901	C	Fabricação de calçados de couro	1.944.273.829,95
3	4639701	G	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral	903.638.973,94
4	1533500	C	Fabricação de calçados de material sintético	822.252.892,34
5	4632001	G	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiadas	524.448.765,51
6	1062700	C	Moagem de trigo e fabricação de derivados	488.687.304,71
7	4782201	G	Comércio varejista de calçados	356.232.949,95
8	1539400	C	Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente	274.225.145,41
9	4754701	G	Comércio varejista de móveis	273.413.294,29
10	1921700	C	Fabricação de produtos do refino de petróleo	251.392.406,80
Total dez maiores				8.279.176.728,48
Total de entradas do Rio Grande do Sul				13.376.631.043,40

Fonte: Sefaz-Ce (jul/2012)

Cálculos efetuados pelo autor

Anexo IX – Continuação

c) As dez principais atividades econômicas com destino para RS - Saídas

Em R\$ 1,00

Or.	Atividade Econômica			Vi. Contábil
1	1531901	C	Fabricação de calçados de couro	793.354.920,35
2	1533500	C	Fabricação de calçados de material sintético	637.642.455,90
3	2943300	C	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de freios de veículos automotores	240.423.902,75
4	2052500	C	Fabricação de desinfetantes domissanitários	190.354.867,60
5	1062700	C	Moagem de trigo e fabricação de derivados	177.845.471,20
6	4643501	G	Comércio atacadista de calçados	164.778.817,40
7	1412601	C	Confeção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida	155.385.308,09
8	1510600	C	Curtimento de outras preparações de couro	116.967.987,89
9	2222600	C	Fabricação de embalagens de material plástico	101.930.332,37
10	4644301	G	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano	85.578.160,57
Total dez maiores				2.664.262.224,13
Total de entradas do Rio Grande do Sul				4.082.237.480,34

Fonte: Sefaz-Ce (jul/2012)

Cálculos efetuados pelo autor